



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 27 DE JULHO DE 1968

ATA DA 22ª SESSÃO, EM 26 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14,30 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Menezes Pimentel
Argemiro de Figueiredo
Aurélio Vianna
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Armando Stern
Bezerra Neto
Milton Menezes
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Há número regimental, declarou aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos
Número 895-68 — Ao Ministério da Agricultura;
Número 896-68 — Ao Ministério do Planejamento;
Número 897-68 — Ao Ministério da Agricultura;
Número 898-68 — Ao Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes requerimentos de informações:

Nº 594-68 — De autoria do Senador Paulo Torres, enviada pelo Ministério da Indústria e do Comércio (Aviso AP-237-68 — MIC 13.585-68);

Nº 704-68 — De autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso número 310-AP-Br);

Nº 756-68 — De autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério do Exército (Aviso número 60-GB-B-68);

Nº 569-68 — De autoria do Senador Adalberto Sena, enviada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Aviso número 340-68);

Nº 607-68 — De autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Minis-

SENADO FEDERAL

tério do Planejamento e Coordenação Geral. (Aviso número 341-68);

Nº 705-68 — De autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Aviso número B-28-68);

Nº 709-68 — De autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Aviso número B-30-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. Senador Lino de Mattos encaminha à Mesa três requerimentos de informações cuja leitura será feita por S. Excia. Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, causou-me impressão comentários feitos pelo jornal o "Estado de São Paulo", a propósito de instalação de fábricas de café solúvel em países do exterior razão pela qual estou encaminhando ao Ministério das Relações Exteriores o seguinte requerimento de informações:

(Lê):

Considerando que o jornal "O Estado de São Paulo", órgão que reflete imensa parcela da nossa opinião pública, entende inexplicável a política oficial sobre café solúvel, no referente a instalações, no Exterior, de fábricas desse produto;

Considerando interessar à Nação que sejam respondidas, oficialmente, as perguntas que o referido jornal formula, em sua edição de 25 do corrente mês, sobre o mencionado problema transcrevo as mesmas em seguida, a fim de que o Ministério das Relações Exteriores informe ao Senado Federal:

1º Quais são os órgãos governamentais que estudaram e apoiaram a instalação, pelo nosso governo, de fábricas de café solúvel no Exterior?

2º Examinaram esses órgãos as implicações dessa iniciativa, que é, à primeira vista, tão absurda como se o nosso governo cogitasse de criar, no Exterior, fábricas detecidos?

3º Foram especialmente analisadas as consequências, para as exportações da indústria nacional da instalação daquelas fábricas?

4º Foram estudadas as implicações cambiais dessas iniciativas, isto é: as despesas em moedas estrangeiras que a instalação de ambas as fábricas acarretarão?

5º Tratar-se-á de empresas financiadas exclusivamente pelo

nosso governo ou pretendendo-se mobilizar capitais privados, nacionais ou estrangeiros? Quais são estes grupos?

6º No caso do Paquistão alega-se a vizinhança do mercado chinês, mas qual a explicação para o de Moçambique?

No segundo requerimento, perguntado ao Sr. Ministro da Fazenda o seguinte: (Lê):

1º Qual o critério adotado por esse Ministério para o aproveitamento em funções de chefia de assessoramento ou outros semelhantes dos servidores que lograram classificação — "ótima" e "muito bem" nos testes psicológicos aplicados em 1967 aqueles funcionários desse Ministério por iniciativa do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda (CENTREM — FA)?

2º Quantos servidores habilitados nos referidos testes já foram nomeados para aquelas funções e qual o critério que prevaleceu na designação dos mesmos? (Relacionar os nomes dos citados servidores).

3º Os servidores que obtiverem aprovação nos testes psicológicos serão todos aproveitados em cargos de chefia assessoramento ou semelhantes?

Este requerimento resulta Sr. Presidente, de informações que me chegaram ao conhecimento de que está havendo irregularidade no aproveitamento dos funcionários devidamente classificados nas categorias de ótimo e muito bom.

O terceiro requerimento: dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura e nele indago:

Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério, para compensar os efeitos da má colheita da soja (23,8% de redução do produto) no Estado de São Paulo, no primeiro semestre do ano em curso, devido às condições climáticas adversas?

Também este requerimento resultou de informações da área da agricultura. O sacrifício por parte dos que se interessaram no plantio da soja está sendo muito grande e o Governo deve estar atento ao problema. O requerimento de informação é uma maneira pela qual chamo a atenção governamental para problema de interesse público.

Era, Sr. Presidente, a justificativa que eu desejava formular sobre os requerimentos que encaminhei à Mesa. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Os requerimentos ora lidos, encaminhados à Mesa pelo Sr. Senador Lino de Mattos, de acordo com o Regimento serão publicados e, depois, despachados pela Presidência.

São os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 899, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informação:

Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério, — os produtos soja, arroz, milho e feijão — no Estado de São Paulo, no primeiro semestre do ano em curso, devido às condições climáticas adversas?

Sala das Sessões, 26 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 900, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º Quais as despesas feitas pela CODEBRAS com hospedagem nos hotéis de Brasília? (Fornecer dados mensais de janeiro de 1967 até a presente data, relacionando as pessoas beneficiadas e os motivos que justificarem essas despesas).

2º Quais as despesas com publicidade na imprensa escrita e falada, efetuadas pela CODEBRAS de janeiro de 1967 até a presente data? (Fornecer relação mensal dessas despesas, justificando cada uma delas).

3º Fornecer relação mensal com vencimentos, diárias e gratificações das pessoas que exercem cargos ou funções de confiança na CODEBRAS de janeiro de 1967 até a presente data, esclarecendo em cada caso, a função que desempenha e o horário de trabalho.

Sala das Sessões, 26 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 901, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º Qual o critério adotado por esse Ministério, para o aproveitamento em funções de chefia, de assessoramento ou outros semelhantes, dos servidores que lograram classificação "ótima" e "muito bem" nos testes psicológicos aplicados, em 1967, aqueles funcioná-

dos desse Ministério, por iniciativa do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda (CENTREM FA)?

2º) Quantos servidores habilitados nos referidos testes já foram nomeados para aquelas funções e qual o critério que prevaleceu na designação dos mesmos? (Relacionar os nomes dos citados servidores).

3º) Os servidores que obtiveram aprovação nos testes psicotécnicos serão, todos, aproveitados em cargos de chefia, assessoramento ou semelhantes?

Sala das Sessões, 26 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 902, de 1968

Sr. Presidente:

Considerando que o jornal "O Estado de São Paulo", órgão que reflete imensa parcela da nossa opinião pública, entende inexplicável a política oficial sobre café solúvel, no referente a instalações, no Exterior, de fábricas desse produto;

Considerando interessar à Nação que sejam respondidas, oficialmente, as perguntas que o referido jornal formula, em sua edição de 25 do corrente mês, sobre o mencionado problema, transcrevo as mesmas em seguida, a fim de que o Ministério das Relações Exteriores informe ao Senado Federal:

1º) Quais são os órgãos governamentais que estudaram e apoiaram a instalação, pelo nosso governo, de fábricas de café solúvel no Exterior?

2º) Examinaram esses órgãos as implicações dessa iniciativa, que é, à primeira vista, tão absurda como se o nosso governo cogitasse de criar, no Exterior, fábricas de tecidos?

3º) Foram especialmente analisadas as consequências, para as exportações da indústria nacional, da instalação daquelas fábricas?

4º) Foram estudadas as implicações cambiais dessas iniciativas isto é: as despesas em moedas estrangeiras que a instalação de ambas as fábricas acarretarão?

5º) Tratar-se-á de empresas financiadas exclusivamente pelo nosso governo ou pretende-se mobilizar capitais privados, nacionais ou estrangeiros? Quais são estes grupos?

6º) No caso do Paquistão alega-se a vizinhança do mercado chinês, mas qual a explicação para o de Moçambique?

Sala das Sessões, 26 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Lino de Mattos, a quem concedo a palavra.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, conforme o registro destacado da imprensa escrita, falada e televisada, pesa sobre o ex-Presidente da República Jânio Quadros a ameaça de confinamento, ameaça que parte do Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, e que será debitado ao Chefe da Nação, Marechal Costa e Silva, se porventura a medida, de violência inominável, ilegal, se efetivar.

Desejo, nesta oportunidade, Senhor Presidente, se é que a minha palavra tem o condão de chegar até o conhecimento do Chefe da Nação, que S. Exª tome conhecimento da Constituição do Brasil e leia o artigo 173 e seus números. Certamente, o Chefe da Nação, se tomar conhecimento do apelo que faço a S. Exª, dirá que não é bacharel em Direito e, consequentemente, não tem obrigação de entender devidamente preceitos constitucionais.

Responderei a S. Exª que também não sou bacharel em Direito, mas vou ler o art. 173 da Constituição, vou comentá-lo, porque a sua interpretação

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Trabalho nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

tação salta de tal maneira aos olhos de quem queira entender, que qualquer leigo em matéria jurídica, mesmo quem tenha apenas conhecimentos elementares da própria língua portuguesa, há de entender que a ameaça de confinamento do ex-Presidente Jânio Quadros não encontra guarida legal. É uma violência, é uma arbitrariedade, e será mais uma demonstração de que, realmente, não vivemos na plenitude de uma democracia e, sim, vivemos sob o guante de um regime ditatorial.

Passo, então, Sr. Presidente, a executar o que disse de início — ler o texto do artigo 173 da Constituição e depois comentá-lo.

Tenho em mãos a Constituição do Brasil. Foi dito nesta Casa, alto e bom som, pelo Senador Petrônio Portela, falando na condição de Líder do Governo e de Líder do Partido majoritário, a ARENA, que esta Constituição do Brasil, promulgada em 24-1, de 1967, e que entrou em vigor no dia 15 de março desse ano, consubstancia os ideais revolucionários. No dizer do falecido Presidente Castello Branco, esta Constituição é a Revolução institucionalizada. Logo, o preceito, cuja leitura passo a fazer, é o que desejei a Revolução: é a institucionalização de seus ideais, do seu programa.

Vejam os então o que diz: (Lendo)

"Art. 173. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais;

II — As Resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores fundados nos referidos Atos Institucionais;

III — Os Atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I;

IV — as correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Poderes da República".

Deste modo, chamaria a atenção do Marechal Costa e Silva para o tempo em que estão colocados os verbos. Veremos que no art. 173 está bem claro: "atos praticados pela revolução" — passado. Ato praticado, ato já executado, atos consumados pela revolução.

Depois, chamaria a atenção para o item III — que estão em vigor "os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares".

Dito isto, levaria ao Chefe da Nação a nota do Ministro da Justiça, expedida ao Departamento de Polícia Federal, a fim de que o mesmo tomasse providências, no sentido de que o ex-Presidente Jânio Quadros fosse ouvido, a propósito de entrevista concedida quando do seu recente regresso ao Brasil, em passagem pelas Cidades de Recife, Guanabara, São Paulo e, recentemente, numa outra entrevista que teve larga repercussão.

A propósito desta pronunciação do Ex-Presidente, enviou o Sr. Ministro ao Departamento de Polícia Federal uma determinação, no meio da qual, encontramos esta justificativa:

"A determinação do Senhor Ministro do Estado da Justiça se baseou no que dispõe o artigo 2º, do Ato Complementar nº 2, de 27 de outubro de 1965, uma vez que ao Senhor Jânio da Silva Quadros, em virtude de sua atual situação jurídica, é proibida atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política, nos termos do item III, do artigo 16, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965".

Nota-se, então, Sr. Presidente, falando, aqui, agora do Sr. Presidente da República, que, para o Ministro da Justiça, o Ato Institucional nº 2, de 1965, ainda está em vigor, porque S. Exª afirma, no encaminhamento da determinação à Polícia Federal, que o faz com base no Art. 16 do referido Ato. Ora, se o faz com base no Art. 16 do referido Ato é porque no entendimento do Ministro, está vigorando, porque, só se pode tomar uma providência de ordem legal, arremido num preceito legal que esteja vigorando, que esteja vigente. Não se pode tomar uma providência desta natureza com base num instrumento, numa lei caduca, num código perempto.

Ora, onde está a veardade da Revolução? Quando ela afirma, no Artigo 173, que são válidos, somente os atos praticados até a data da Constituição ou quando o Ministro da Justiça, interpretando essa mesma Revolução, continua aplicando atos já revogados pela Constituição da Revolução?

Cumpra também observar, Senhor Presidente, que o Ato nº 2, Artigo 16, mencionado pelo Ministro, é aquele que facultava ao Governo da Revolução a suspensão de direitos políticos e que disciplinava o comportamento dos cassados e daqueles que tiveram os seus direitos políticos suspensos. Entre esta disciplinação se inclui a do domicílio determinado: o que quer dizer, do confinamento.

Parece-me, Sr. Presidente, que qualquer leigo, baseado, apenas, no ensinamento do bom-senso, entenderia, desde logo, que esse dispositivo teve validade até o dia em que a Constituição, por vontade da revolução, substituiu os atos institucionais e os atos complementares pela disposição constitucional como a que se institucionalizou o regime.

Não fosse assim, Sr. Presidente, se entenderia, então, que o Presidente da República poderia cassar mandatos e suspender direitos políticos.

Ora, se o Ministro da Justiça entende que o ex-Presidente Jânio Quadros, ou qualquer cassado ou com direitos políticos suspensos, pode ser confinado — por força do que dispõe o Artigo 16 e seus números, do Ato Institucional nº 2 — parece fora de dúvida que também, com base neste mesmo artigo 16 do Ato Institucional nº 2, o Presidente Costa e Silva pode cassar mandatos políticos, pode suspender direitos políticos, pode, enfim, exercer, na plenitude, o que dispõe o Ato Institucional, o que redundaria num absurdo. Ninguém compreenderia que o Presidente da República avocasse essa prerrogativa, para executar o estapafúrdio jurídico das cassações de mandatos ou de suspensão de direitos políticos. É raciocínio que reputo elemental, pois, se por força deste Ato Institucional nº 2 pode ser estabelecido um domicílio, um confinamento, um domicílio forçado, determinado, ao ex-Presidente Jânio Quadros, não seria possível deixar de ser aplicado o corpo do artigo.

O argumento que salta aos olhos, para eu concluir, como disse de início, é que não está em vigor o Ato Institucional nº 2; consequentemente, não pode haver confinamento, com base neste dispositivo revolucionário. Ora, sem esta providência, é ilegal, porque, não tem arrimo em disposições legais.

Onde vai encontrar o Governo o meio constitucional, o meio legal, para decretar o confinamento?

Não há, Sr. Presidente, na Constituição revolucionária — que nós, do MDB, combatemos, mas que nós, do MDB, como bons legalistas que somos, aceitamos, embora continuemos a combatê-la — em nenhum dos seus artigos, a figura do confinamento, a figura do domicílio forçado ou determinado. Não existe isto!

Como, então, o justificará o Ministro da Justiça, professor de Direito Constitucional, por sinal Reitor da Universidade de São Paulo, licenciado para o exercício do cargo de Ministro da Justiça?

Onde encontrará o douto constitucionalista Luís Antônio da Gama e Silva o arrimo legal para a execução do plano político de confinamento do Sr. Jânio Quadros?

E, certamente, o que os meios jurídicos brasileiros esperam, o que a opinião pública deseja saber.

Houvesse, Sr. Presidente, sido publicado um decreto-lei pelo falecido Presidente Castello Branco com amparo no Art. 173 da Constituição, eu não teria dúvida em afirmar que esse decreto-lei, desde que de natureza legislativa, estaria em vigor, produzindo plenamente os seus efeitos. Não há. O único elemento que vamos encontrar na legislação revolucionária, baseado no qual seria possível aplicar penas a cassados e aqueles com direitos políticos suspensos seria na combatida Lei de Segurança Nacional resultante do Decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967. Mas, mesmo na Lei de Segurança Nacional, com o excesso do seu rigorismo, não poderá o Ministro da Justiça encontrar meios de enquadrar o Sr. Jânio Quadros para lhe decretar o confinamento.

O que preceitua, a Lei de Segurança Nacional é que depois de devidamente processado pela Justiça, pode o poder próprio, que é o Poder Judiciário, determinar que o culpado condenado, fique residindo no distrito da culpa. Vejamos bem, Sr. Presidente, o que dispõe a Lei de Segurança Nacional, único elemento que poderá servir ao Ministro da Justiça não para decretar o confinamento do ex-Presidente Jânio Quadros, mas para dar início a um processo que depois de correr regu-

larmente pela justiça, se resultar na condenação, então será possível que o culpado, condenado, tenha como residência o local do distrito da culpa. E' só. Fora daí, Sr. Presidente, volto a me dirigir ao Presidente da Nação, que tenha presente as terríveis consequências perante o mundo civilizado, perante o mundo culto, perante os juristas nacionais e internacionais, se, porventura, S. Exa. concordar na prática dessa arbitrariedade, dessa violência.

Certo, Sr. Presidente, que não digo novidades. A matéria, por mais de uma vez, foi não só brilhantemente mas, de maneira exaustiva, examinada por colegas no Senado e na Câmara. Tenho bem presentes os pronunciamentos deste emérito professor de Direito Constitucional da Universidade Baiana, que é o nosso companheiro de Partido, o nobre Senador Josaphat Marinho. A imprensa, de quando em quando, registra pronunciamentos valiosos de juristas de nomes consagrados, defendendo esta mesma tese, isto é, caducidade dos Atos Institucionais e dos Atos Complementares. A imprensa hoje, quase que em geral, pelo menos os grandes jornais que tive ensejo de ter em mãos, pela manhã, publica o pronunciamento do Deputado Oscar Pedrosa Horta.

Trata-se de ex-Ministro da Justiça, advogado militante de renome indiscutível. Qual é o pronunciamento do Ministro da Justiça Oscar Pedrosa Horta? Eu o leio para que conste dos nossos Anais.

(Lendo):

"Ato Caducos"

(Trata-se do título) — Ao contrário do que supunha, vim encontrar no Guarujá intimação do Departamento Federal de Segurança ao Presidente Jânio Quadros, para que reconhecesse ou negasse a autoria de declarações divulgadas pela imprensa do País, a propósito da situação política. Tive, antealemente, o ensejo de me pronunciar sobre o assunto e o fiz em termos que confirmo: os Atos Institucionais caducaram com a vigência da Constituição de 67, e ninguém os ressuscitará, visando efeitos retroativos. O art. 25 do Código Penal estabelece que "quem concore, de qualquer maneira, para qualquer ilícito, incorre nas penas ao mesmo cominadas". O que o Presidente Jânio Quadros tem feito, faz e fará é pensar. Pensar não é crime em nenhum canto da terra, por mais remoto, por mais invio, por mais atrasado, por mais retrogrado que seja. Um País como o Brasil, que assinou a Carta das Nações Unidas e que inseriu na sua Constituição um rol de direitos do homem, não pode, sem desonra, esquecer-se de seus solenes compromissos institucionais e internacionais.

O ex-Presidente Jânio Quadros pensa e enuncia o seu pensamento a quem o interpele a propósito deste. A lei injusta que se quer aplicar contra ele, deve alcançar, preliminarmente, todos os que têm a responsabilidade de lhe divulgar aquele pensamento, insistentemente extraído do fundo da consciência e das mais nobres reservas de civismo do ex-Presidente Jânio Quadros.

Está cassado? Dizem que está. Ninguém diz de quem o acusam, quem o acusa e quais as provas da acusação. Trata-se de mero capricho de ato de império, insubsistente desde a promulgação da Constituição de 1967.

Claro que converso com os jornalistas, como conversa com todos aqueles que o honram e o distinguem-lhe procurando a companhia.

Não tem o que ocultar, o que esconder, o que disfarçar. E' um cidadão brasileiro, como qualquer outro, a que assiste o dever, entre todos sagrados, de dizer o que pensa.

Se os órgãos da administração entenderem que pensar se tornou crime, que o punam.

Iremos ao Legislativo e ao Judiciário.

Recorreremos ao povo, e o povo dirá aos autocratas frustrados que a ditadura nada pode contra a liberdade de pensamento.

Pessoalmente subscrevo e reivindico integral corresponsabilidade nas incriminações feitas ao ex-Presidente Jânio Quadros".

Estas as palavras de um preclaro cultor de Direito, nosso colega no Congresso Nacional, e conhecido da Nação, Ministro da Justiça que foi, o Deputado Oscar Pedrosa Horta.

Concluo com S. Exa. também assumindo inteira responsabilidade, como co-autor, se isto me é permitido, das manifestações do ex-Presidente Jânio Quadros. Colocou-se o ex-Chefe da Nação numa posição que corresponde às esperanças populares. Não é possível que a Revolução continue surda aos reclamos populares. Os pronunciamentos do ex-Presidente Jânio Quadros são interpretações dos sentimentos populares. Lider incontestado, líder popular, por todos reconhecido e proclamado, o que o ex-Chefe da Nação fez, nada mais é do que veicular, do que dar curso aos sentimentos do povo, manifestados através de pronunciamentos de todas as categorias sociais. São hoje os trabalhadores de todos os ramos da atividade humana que na praça pública, no interior das fábricas, ou dentro de seus lares, manifestam sua reprobção aos excessos governamentais, aos erros daqueles que dirigem esta Nação em nome de uma revolução frustrada; são os estudantes em praça pública; são as mães de família nas ruas, prestigiando seus filhos estudantes; é o clero, são os religiosos de todas as ramificações, de todas as igrejas, manifestando solidariedade àqueles que reclamam as reformas proclamadas e não cumpridas pela revolução; é o operariado rural; é o trabalhador de mãos calejadas; são os proprietários de fazendas, de sítios, de chácaras, de granjas, clamando, gritando pedindo providências; são os professores; são as freiras são os artistas. E os jornais nos dão conta de manifestação de artistas realizada ontem nas escadarias do Teatro Nacional do Rio de Janeiro. Como deve ter doído a todas as consciências independentes verificar, nas fotografias publicadas, homens e mulheres que têm alegrado as nossas sociedades com as suas manifestações de arte, correndo pelas ruas perseguidos por policiais.

Quem não há de ter sentido um arrepijo na pele quando pegou jornais de São Paulo, pelo menos, e viu na primeira página uma grande fotografia de um trabalhador, José Arruda Botelho, líder sindical exibindo os punhos atrelados por algemas, tendo ao lado policiais nesta prática deprimente de exibição.

Fêz-se, Sr. Presidente, nesta República uma Revolução em 1930 como soma das revoluções de 1922, 1924 e de outras, cuja razão maior foi combater aqueles que entendiam que a questão social era uma questão de polícia. Passados 38 anos, após a vitória revolucionária, depois de uma legislação exuberante no setor trabalhista; depois disto tudo, a Polícia volta a anterior, de 1930, para considerar a questão social como um caso de polícia e se dá ao luxo de exhibir aos olhos de milhões de brasileiros, os jornais publicando em primeira página líderes sindicais algemados, presos, porque reclamaram contra empresários que não estão respeitando as decisões trabalhistas

e fazem ouvidos de mercador àqueles que reclamam melhores salários. Algemados como se fossem bandidos comuns, como se fossem um tipo Lampião ou coisa parecida, quando na realidade se trata de humildes trabalhadores.

E não fica só nesse exibicionismo deprimente para a nossa cultura e para a nossa civilização. Esse trabalhador a que me refiro, José Arruda Botelho, foi procurado, no presídio, pelo Advogado Aldo Lins e Silva, seu patrono, que desejava ouvi-lo para preparar os elementos necessários à sua defesa possivelmente ao *habeas corpus*. Então a polícia negou ao advogado o exercício de um direito consagrado, reconhecido e proclamado: Negou ao advogado o direito de ser recebido pelo preso para ouvi-lo, para discutir, para receber elementos a fim de preparar a sua defesa.

Essa é a situação em que se encontra a nossa pátria!

Contra tudo isso é que homens, como o ex-Presidente Jânio Quadros, que tem responsabilidade efetiva de liderança popular, responde às interpeleções dos jornalistas que querem informar à opinião pública.

Nenhum jornalista há de afirmar que fôra procurado pelo ex-Presidente Jânio Quadros com um pedido para publicar um pronunciamento seu! Não!

Jânio Quadros está recolhido no interior de São Paulo, na sua modesta casa de praia. E' ali, cu é dali, que saem os seus pronunciamentos, porque, procurado pela imprensa como procurado por políticos, S. Exa. não pode negar de recebê-los e de falar.

Conforme disse o Deputado Oscar Pedrosa Horta, "pensar não constitui nenhum crime". E o que tem feito Jânio Quadros é exatamente pensar, meditar, estudar, examinar a situação em que se encontra a sua pátria, cujo povo, um dia, lhe demonstrou confiança elegendo-o Presidente da República. Procurado também por políticos, e é bom que se frise, muitos da situação, elementos ligados ao Governo que querem ouvi-lo. Creio não ser segredo para ninguém que, certa feita, lá no Guarujá, na casinha em que se encontra o ex-Presidente da República, esteve a sua procura para ouvi-lo o ex-Presidente falecido Castelo Branco. Seria longo enumerar e seria mesmo indiscreto, mas a imprensa de quando em quando consegue registrar nomes de políticos importantes que procuram o Jânio. Não é possível, repito, que com sua responsabilidade de liderança fique alheio à situação, quase de tragédia, em que vive a nossa Pátria.

Nós, Sr. Presidente, do Movimento Democrático Brasileiro estamos confiantes, apesar dos pesares, em que o Presidente da República, antes de uma violência, de uma arbitrariedade de uma ilegalidade como seja a de confinar quem quer que seja, chama-se ele Jânio Quadros ou tenha o nome de outro brasileiro, mesmo dos mais humildes, medite sobre o ato de confinamento. O confinamento — repito — não é figura jurídica, prevista pela Constituição; não há lei que comine esse tipo de penalidade. A Revolução, por intermédio dos seus maiores responsáveis, tendo à frente o Chefe da Nação, o Marechal Arthur da Costa e Silva, precisa, por um paradeiro, para sossego da opinião pública, nesta situação caótica, quanto a dispositivos de leis que estejam em vigor.

Ao contrário do que se está fazendo, é preciso que o Ministro da Justiça venha a público para dizer que, o que vale, nesta Nação, o que está em vigor, neste País, o que deve ser respeitado por todos é a Constituição que instituiu a revolução de 1.º de abril de 1964. Que os atos institucionais e complementares estão peremptos, estão caducos, não vigoram mais.

Não é possível que continuemos nos expondo às outras nações como desrespeitadores das nossas próprias leis. Não há jurista em qualquer país do mundo, que não entenda que atos institucionais, que atos complementares são providências transitórias e que valem somente durante períodos revolucionários. Não estamos mais em período revolucionário e não somos nós que o afirmamos. E' o Governo que o diz, que faz questão de apresentar o país, aos olhos do mundo, como uma nação democrática que tem um Congresso Nacional, que tem um Poder Legislativo, um Poder Executivo e um Poder Judiciário harmônicos e independentes entre si. E' tudo o que esperamos. Não pedimos porque entendemos ser obrigação governamental respeitar as leis do País.

Nós, do Movimento Democrático Brasileiro, conforme disse e repito, combatemos a Constituição, mas somos legalistas, a respeitamos. Queremos emendá-la e nesse sentido, já fizemos várias tentativas. Nós não esmoreceremos.

Outras emendas constitucionais serão apresentadas por elementos do M.D.B.

Mas, enquanto essas emendas não forem aceitas e a Constituição continuar sendo esta, nós a respeitaremos.

E, repito, não será com base nos preceitos constitucionais que o Governo vai encontrar arrimo para confinar quem quer que seja, para manter presos inocentes, serviçá-los e não permitir que seus advogados os ouçam para preparar as defesas.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e homens da revolução, não pode continuar. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Gudo Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente embora fale muito menos do que deveria, por um dever de consciência, embora falando pouco, quando deveria falar muito, porque assuntos não falam — e a própria imprensa não os apresenta, diariamente, provocando-nos, no bom sentido, já se vê, para que nos pronunciemos sobre eles. Uma casa política não pode deixar de sensibilizar-se com o noticiário da imprensa falada, escrita e televisada, valorizando mesmo, no que é muito natural, nos sistemas de direito.

Sr. Presidente, quando um cidadão está privado de emitir o seu pensamento para conhecimento dos seus semelhantes, seja esse cidadão político partidário ou não seja, já está confinado. Um vigiado é um confinado porque os seus direitos foram podados, eliminados, cortados. O direito que o homem tem, como cidadão de um País, de participar da vida do seu próprio País, quando lhe é tirado, esse cidadão — repito — já está confinado. Pode às vezes locomover-se pode sussurrar, e a sua situação é muito pior do que em podendo locomover-se: não pode opinar.

Essa a grande tragédia do mundo moderno. Roosevelt, quando levou seu povo à guerra, o fez no pressuposto de que estaria defendendo quatro liberdades. Enunciando-as, destacamos uma, a liberdade de o homem não ter medo, de o homem adotar princípios, defendendo-os, lutando por eles, nesta dinâmica da vida que faz com que o cidadão se diferencie, apresentando-se com personalidade própria, corpo e espírito.

Os Constitucionalistas já falaram. Não abordarei o assunto sob esse prisma da constitucionalidade do ato que, conforme apregoa, vai ser executado daqui a instantes, se já não o foi. Porque um dos jornais mais

importantes — e respeitosamente eu peço permissão para citá-lo — já declarou que o ex-Presidente da República está confinado: "Governo confina Jânio Quadros".

Todo o Brasil político conhece o meu pensamento acerca da figura do ex-Governador de São Paulo, do ex-Presidente da República, Sr. Jânio Quadros. Não me reportarei mais a este assunto. Mas, Sr. Presidente, sem entrar numa seara difícil, eu leio o art. 144 da Constituição vigente:

(Lendo):

"Art. 144. Além dos casos previstos nesta Constituição, os direitos políticos:

I — Suspendem-se:

a) por incapacidade civil absoluta;

b) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos;

II — Perdem-se:

a) nos casos do art. 141;

b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviços impostos aos brasileiros em geral;"

Que significa a perda dos direitos políticos?

Quem perde o direito político que perde?

Leio o art. 142 da nossa Lei Maior:

"Art. 142. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei;

§ 2º Os militares são alistáveis desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

§ 3º Não podem alistar-se eleitores:

"a) os analfabetos;

b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

c) os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos".

Não podem alistar-se os que estejam, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Quem perdeu os direitos políticos, quem os teve suspensos, que perdeu? Li a Constituição. Perdeu o direito de opinar? Vamos ao Capítulo mais discutido quando da elaboração desta Constituição. E deve-se a aprovação desse Capítulo a entendimentos, sendo uma das figuras principais desses entendimentos o Senador Daniel Krieger, conforme toda esta Casa foi testemunha. Contra a vontade do Presidente de então e de forças políticas que o apoiavam, políticos e — por que não afirmá-lo — militares, também, políticos da ARENA e políticos do MDB entenderam-se e o Capítulo sobre Garantias e Direitos Individuais foi modificado e não mais prevaleceu; aquele que viera do Executivo, no anteprojeto de reforma ou de Constituição.

Leiamos o art. 150:

(Lê):

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.

Reconhecamos que é um artigo — quase que diria — perfeito, de notável sabedoria política:

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

"Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política,..."

(E' o § 6º do art. 150 da nossa Constituição:)

"...ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal imposta a todos, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.

§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, etc., etc.

Conclui-se, portanto, que o cidadão que tem os seus direitos políticos cassados, suspensos ou os tenha perdido, não perde aqueles outros direitos que universalmente são reconhecidos: a livre manifestação do pensamento sobre problemas de religião, sobre problemas políticos, sobre questões filosóficas. E o Brasil, signatário da Carta das Nações Unidas, sabe perfeitamente deste fato que abordamos.

Não fez restrições o Governo Brasileiro à Carta das Nações Unidas, principalmente no que tange aos direitos do homem e do cidadão, que são impostergáveis. Tanto assim que reconheceu o nosso Governo esse fato, bem como todo o povo brasileiro, desde a eclosão do movimento armado a que se deu o nome de revolução, mas revolução não foi e nem é porque não revolveu nada: puniu, mas não revolveu; puniu, mas não substituiu estruturas; puniu, mas não tocou nas velhíssimas estruturas que vêm sendo a causa primária do antidesenvolvimento nacional, do "status quo" do país.

Houve progresso? Lentos! O desejado? Não! Aquêles que poderia ter havido? Não!

Se reconhecessemos que o que há no Brasil é o máximo que o povo brasileiro poderia fazer, estaríamos confessando, implicitamente, a nossa incapacidade; seríamos uma sub-raça. Poderíamos ter feito se tivéssemos tido governos, classes dirigentes à altura muito mais do que fizemos.

Fizemos bastante, mas não fizemos o muito.

Reconhecemos, o nosso Governo reconhece, todos reconhecem, repito, que esses direitos políticos e garantias individuais são inerentes à pessoa, até do que teve seus direitos políticos suspensos ou os teve perdidos, que toda a Nação brasileira é testemunha de que políticos cassados sempre puderam manifestar-se no Brasil sobre assuntos de natureza religiosa, filosófica ou política sem serem propriamente molestados, a imprensa dando ampla cobertura aos pronunciamentos, que é o que vale. Adianta para minha consciência eu falar, mas se a imprensa me quiser privar do meu direito político de ser ouvido ela não publica o que digo e eu estou privado. Posso expor meu pensamento dentro desta Casa cem vezes, mil vezes, e se o povo não tiver conhecimento do que digo, de alguma maneira estou confinado. Qual o lugar do meu confinamento? É este aqui. E preciso dizer que há muitos políticos que estão confinados há muito tempo. Não estou dizendo que eu seja um deles. Porque como há aquele outro político que vai ter o direito de falar dentro da sua casa, a intimos, sem que o seu pensamento possa ser levado além daquelas

fronteiras que limitam a sua atuação, então, há confinamento, de fato pode não ser de direito.

Este problema da liberdade é um problema atualíssimo, continua nas cogitações do ser humano, porque o Deus da Liberdade criou o homem para ser livre, e não para ser escravo.

E o Deus que adora é o Deus da Liberdade. E eu só sou livre, quando não impeço a manifestação do meu semelhante, quando não lhe impeço o direito de manifestar o seu pensamento, pela palavra falada, escrita ou televisada. Se eu lhe causo esse impedimento, há uma pseudoliberalidade em mim, quando eu digo que tenho, negando-a, quando não permito que o meu adversário ou o meu semelhante tenha o direito à defesa, o direito à expressão.

Sr. Presidente, então estamos numa nova fase. Não estou admirado do que se está passando. Já ontem dizíamos, desta tribuna, que o mundo está em marcha batida para aquela situação que precedeu a última guerra. Como que a maldição hitlerista, dizia eu ontem e acrescento hoje, a stalinista também, caiu sobre o mundo. E hoje, sob o pretexto de se defender a liberdade, proíbe-se a manifestação do pensamento aqui, ali e acolá. Sou livre para determinar que os meus semelhantes sejam escravos. Este é o conceito de liberdade que hoje está se espalhando pelo mundo.

Então, um grupo vai para o poder para impedir, em nome da liberdade, que os outros grupos se manifestem.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quem despertou primeiro para este problema, para encarar com seriedade essa questão, foi a juventude. Mesmo aquela porção da juventude que não concebia bem o seu pensamento político, ela protesta contra a escravização das consciências. E o faz, hoje, nos países superdesenvolvidos nos países desenvolvidos e nos países infradesenvolvidos.

Este é o fato novo, que a humanidade que pensa está registrando. É a mocidade nos países comunistas, nos países socialistas, nos países de ditadura da direita, como a Espanha, ou parafacistas, como Portugal, nos países liberais-democratas, supercapitalistas, como Norte-América, etc. E a juventude que, contraditando a tese de que o homem está satisfeito, quando economicamente resolveu seus problemas, levanta-se a juventude nos países onde não há problemas econômicos propriamente.

E um fato muito interessante: é a juventude pequeno-burguesa, é a juventude mais beneficiada dos países socialistas, tão os intelectuais, são os homens e os moços que formam mentalidade, que se rebelam. Porque sentiram que sem liberdade, condicionada, é certo, aos interesses comuns, coletivos, assim interpretados, o homem é uma coisa, é um robô, um autômato. Stevenson, num dos maiores pronunciamentos feitos nas Nações Unidas, declarava isso mesmo — que o grande perigo que corre a humanidade de hoje é o da transformação do homem num simples robô, num teleguiado, num instrumento, num póso morto, num morto-vivo.

Permitam-me, Srs. Senadores, fazer uma referência ao Cristo. Certa vez, li um pensamento do Cristo que me impressionou muito e não pude entendê-lo naquele instante. Ele estava fazendo uma grande pregação e terminava por apelar para que aqueles que o ouviam que o seguissem. Então, um daquela turba, olhando para Ele, declarou assim: "Deixe-me entrar primeiro o meu pai". E o Cristo lhe respondeu: "Deixai que os mortos enterrem os seus mortos. Vem tu e segue-me". Eu não entendi isso. Hoje eu entendo: Deixa que os mortos que andam, que os mortos que vêm, que os mortos que ouvem,

que os mortos que falam enterrem os mortos que não andam, que não vêm, que não ouvem, que não falam.

E, hoje, o que se está verificando é isso mesmo — há sistemas políticos que querem transformar homens que vêm, que ouvem, que falam e que andam, em mortos, porque não podem, em falando, revelarem o seu pensamento, não podem equacionar os problemas que eles viram, que eles estudaram com seus olhos, que eles ouviram com os seus ouvidos. Então, deixai que esses mortos que perambulam como verdadeiros cadáveres permaneçam. Mas aqueles vivos que querem equacionar os problemas do seu País e da Humanidade em termos de independência, em termos de emancipação, em termos de liberdade, que não se lhes permita o direito de viver, a não ser como mortos.

Sr. Presidente, termino as poucas palavras, que ninguém sabe quando poderão ainda ser pronunciadas, termino com alguns comentários sobre uma entrevista do Cel. Andreazza, Ministro dos Transportes, uma das figuras ímpares do atual Governo, sobre a juventude:

"Na corrida entre o conformismo e a impaciência construtiva, a nova geração de brasileiros deve alinhar-se nesta última, e é bom que assim seja, porque sem impaciência não conseguiremos descontar a diferença que nos separa das regiões mais adiantadas do Mundo."

Dizer e não praticar é o mesmo que não dizer. Que o Governo atual, do qual faz parte integrante o Coronel Andreazza, pratique esta filosofia, creia nisto, reconheça esse fato e traga a juventude para o diálogo. Porque, "impaciência construtiva da juventude", segundo o Ministro dos Transportes — palavras que eu subcrevo com grande satisfação — "é útil ao desenvolvimento do País".

"O anseio de mudança é universal."

Então, por que são condenados no Brasil os que querem mudança?

"O importante é que ele se baseie em necessidades de transformações objetivas e que não seja perturbado por ressentimentos, frustrações e decepções."

Claro! Vamos então criar a nova estrutura, fruto da mudança de que o mundo participa e que parte do mundo assiste.

Assistir à mudança de outros países que furam a barreira do subdesenvolvimento e não participar, é como que nada ter assistido.

Precisamos participar do desenvolvimento.

O mundo não foi criado para um povo ou para dois povos, o mundo foi criado para o homem de qualquer nacionalidade, de qualquer raça, de qualquer povo.

Sr. Presidente, "precisamos de mudanças em profundidade e, para isto, a coisa que mais necessário se faz é o respeito entre as gerações".

Meu Pai Eterno, não é o que vimos dizendo tantas vezes desta tribuna?!

Somos contra os choques de gerações. A geração moça, entusiasta, vibrante precisa da experiência da geração velha. E a geração mais velha não pode prescindir do entusiasmo da juventude para as grandes transformações, as grandes mudanças e as grandes realizações. São duas parcelas absolutamente homogêneas e que, por isto, podem ser adicionadas, surgindo daí a grande soma, que é o poder para as transformações pela união das gerações mais vividas e das gerações que estão surgindo para a vida.

Há velhos que condenam velhos e há moços que condenam moços. A questão está no pensamento, na filo-

sófia de cada um, nos ideais políticos de cada indivíduo. Há moços, cujos pensamentos estão, absolutamente, sincronizados com o pensamento de elementos, de gerações já bem vividas. Então, quando os pensamentos se confundem, desaparece esta questão de idade para prevalecer a ideia, o pensamento, a filosofia política, a filosofia econômica que os grupos humanos defendem ou passam a defender.

Sr. Presidente, o de que necessita o Governo é de praticar aquilo que alguns dos seus elementos de prol apregoam, porque, entre o fato, a realidade, e estas palavras há uma contradição tremenda.

A impressão que se tem é de que o Governo se transformou numa grande contradição. A heterogeneidade está ali, o choque está ali e até é bom que haja choque e que haja heterogeneidade lá, que haja disputa com o nosso desejo de que a corrente que defende tais pensamentos se sobressaia, pois, emergindo, adotará uma nova filosofia política, um novo sistema de ação que redunde e que resulte no desenvolvimento deste País, com liberdade, emancipadamente.

Sr. Presidente, são os desejos da oposição brasileira, do povo brasileiro, de todos aqueles que não vivem em cavernas como trogloditas, que não estão mais na Idade da Pedra Lascada, muito menos da Pedra Polida. É o desejo manifesto de um País com mais de cinquenta milhões de habitantes, e cerca de oitenta e cinco que têm menos de vinte e cinco anos de idade.

Certa gente não gosta dessas análises; gostaria de outras. Gostando ou não gostando é assim!

Confinados aqui, ou saindo deste ambiente, as ideias são essas; os pensamentos são estes.

Eu não tenho dúvidas: pode haver um hiato na Humanidade, pode haver uma idade, a das trevas, mas não tenho dúvidas: no fim surgirá o entendimento entre gerações, entre os povos ou, então, a destruição total que os profetas do realismo anunciam, a destruição total da Humanidade pelas bombas atômicas, pelas bombas de hidrogênio, pelos micróbios que estão sendo cultivados como se fossem elementos para a vida, quando estão sendo cultivados para a destruição em massa.

Desejo que os profetas do bem vejam realizados os seus prognósticos, e que a idade-de-ouro com que sonham tantos, no passado, de harmonia universal, surja. O que nós não podemos admitir é que essa idade venha com a escravização do homem. Nunca, jamais, essa idade surgirá em sistemas de lábios selados. Nós, democratas, defendemos a liberdade com responsabilidades, mas a defenderemos sempre porque é o único pensamento compatível com a dignidade da pessoa humana.

Era só, Sr. Presidente, o que tinha para dizer, por hoje. (Muito bem. Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Alvaro Maia
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Duarte Filho
Josaphat Marinho
Celso Ramos

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Deveríamos passar à Ordem do Dia, cuja matéria, entretanto, está em fase de votação. Não há quorum para tanto.

Portanto, vou encerrar a sessão, desistindo a sessão de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 555-69), que torna sem efeito a Resolução n.º 83, de 1967.

REQUERIMENTO N.º 725, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central — informações sobre o Conselho

Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

REQUERIMENTO N.º 848, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

O SR. PRESIDENTE:
(Guilherme Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 17ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1968

Integra do Apanhamento
Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Acha-se presente, como convidado, o Sr. César Reis Catanhede, Presidente do IBRA, para dar seu depoimento sobre assuntos de agropecuária.

As conclusões deste trabalho serão levadas ao conhecimento do Senhor Presidente da República, bem como os depoimentos de convidados anteriores, a fim de termos se conseguirmos uma melhora nessa situação alarmante que está atravessando a pecuária em todo o País.

Os Srs. Membros desta Comissão disporão de 10 minutos para interpellar S. Exa. ao término da exposição. Tem a palavra o Sr. César Reis Catanhede, Presidente do IBRA.

O SR. CESAR REIS CATA-NHEDE — Antes de iniciar minha exposição, quero, em primeiro lugar, agradecer a honra que me foi dada de comparecer a esta Comissão e, ao mesmo tempo, declarar do prazer com que faço esta prestação de esclarecimento numa comissão de tão alto nível. Acho que é nossa obrigação prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes aos organismos ou instituições que estão sob nossa responsabilidade imediata, principalmente quando o a que se visa é poder fazer o entrosamento dos órgãos no sentido de obter maior rendimento da produtividade.

Antes de iniciar eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se há um tema específico para o depoimento ou se poderia falar sobre a Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Geralmente deixamos ao arbitrio do depoente falar sobre aquilo que ele ache de maior interesse. Mas a Reforma Agrária é um assunto que, particularmente, tem sido pouco tratado pelos diversos depoentes que têm comparecido a esta comissão, de maneira que não sei qual a opinião dos demais membros da Comissão, mas acredito é o assunto de real importância para a Comissão.

De maneira que se V. S. desejar explanar mais detalhadamente esse ponto, será um grande prazer, sobretudo muito útil.

O SR. CESAR REIS CATA-NHEDE — Vou fazer uma exposição, transportando para aqui o resumo de uma palestra que fiz, há tempos, na Escola Superior de Guerra, abordando o problema da agropecuária e mostrando como esse assunto está intimamente ligado a os problemas da reforma agrária. E os problemas da reforma agrária estão ligados aos da agropecuária.

Vou ler alguns períodos do trabalho referente a este problema que estamos tentando solucionar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — E com relação ao seu depoimento faremos observações que forem necessárias.

O SR. CESAR REIS CATA-NHEDE — Bem sei, que as observações é que prolongam os debates. Estive na Comissão da Câmara outro dia, e fiquei de 9 às 3 horas da madrugada. Passo à minha leitura: "O exame das características e das tendências do amplo setor da atividade da agropecuária ..."

... são frutos necessários ... assemelham ...

(Lendo):
Porém, dificilmente assemelhados uns aos outros, o que tumultuaria a orientação e torna áspere a solução pretendida ...

... e pelas informações capazes de nortear ...

(Leitura) ... vencer essa anomalia estrutural ...

Continua o Sr. César Reis Catanhede, presidente do IBRA, lendo: "... vencer esta anomalia estrutural ...

(ate)
A agricultura tradicional é, sob o ponto de vista da população que engloba, a mais importante ...

"Agricultura tradicional é, sob o ponto de vista da população que engloba, ...

... que hoje se aplica modestamente ...

de: "Essa ampliação da alcance das soluções ..."

a: "recursos naturais que permitem que rendimentos consideráveis sejam alcançados ao lado dos rendimentos básicos".

... Essa proximidade, essa contiguidade de regiões ...

"... deu ao País sua Lei de Reforma Agrária, seu verdadeiro Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Leitura

Medida primeira — Reforma Agrária como conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição das terras, mediante ... para execução da reforma agrária.

"Regiões em estágio avançado de desenvolvimento ...

... foram então determinadas as áreas pecuárias ...

(Lendo) em que a ação regional do IBRA se faz sentir através da co-

lonização, da assistência certas regiões onde há muitos anos perdura estrutura agrária ineficiente, perigosa, digamos assim, quase feudal que necessita modificação.

(Lendo) ... na Guanabara primeiro porque ... envolvendo completamente a capital ... que tinha sido ... do Rio de Janeiro. Latifundiário ... De forma que ... pelas razões ... reforma agrária ... acina descritos ...

Essas seis classes de exploração, conjugadas com as nove regiões em que o País foi dividido, deram, então, nascimento a 54 módulos. Quer dizer: para cada região há 6 módulos correspondentes aos três tipos de exploração, e cada tipo de exploração pode ter 9 módulos, conforme a região em que se situa a empresa ou o imóvel rural a que corresponde.

Em alguns países, como o Japão, a unidade de medida considerada como de propriedade familiar é única. A Bolívia foi dividida em cinco regiões e para cada região foram estabelecidos três módulos. Mas, dadas as diversificações ecológicas e sociais, dadas as dimensões do Brasil, foi necessário estabelecer o maior número de módulos, levando-os em consideração as 9 regiões, caracterizando os vários estágios de desenvolvimento e o tipo de exploração, dando, portanto, nascimento a 54 módulos. (Lendo)

"Como conceito de módulo... respectiva região e tipo de exploração."

De modo que, se uma propriedade minifundiária explorar a parte hortigranjeira, e for próxima às grandes capitais, deve ter pelo menos 2 hectares. Se for, entretanto, numa região distante, pode ter 5 hectares. Por outro lado, uma propriedade de exploração de gado pode ter até 110 hectares, conforme a região em que estiver. O módulo é variável, está em função da região e do tipo de exploração que subsiste nessa região.

Recomeçando a leitura:
"A empresa rural é o imóvel que constitui ..."

Então, a rigor, nós temos a classificação de minifúndio, empresa rural — que é um dos objetivos, também, do Estatuto da Terra — e latifúndio, de dois tipos: por dimensão e por exploração, que não tendo aquela dimensão máxima é no entanto explorado em más condições econômicas e sociais.

Recomeçando a leitura:

"Para a realização dos objetivos, ou para atingirmos os objetivos do Estatuto da Terra, dotou o Poder Executivo ..."

(até) ... a facilitar a transmissão inter vivos e causa mortis dos imóveis rurais ...

"As poucas que não foram cadastradas ..."

Esse trabalho de cadastramento dos imóveis rurais foi um trabalho realizado pelo IBRA após um levantamento completo das possibilidades de transporte, deslocamento de pessoal e dos elementos necessários e foi feito através de uma rede nacional de cadastramento, com a formação de monitores de vários graus. Foram distribuídos diversos questionários, as chamadas folhas amarelas, que foram muito criticadas, que eram difíceis de preencher. Mas, as informações trazidas foram muito completas e estão sendo atualizadas. Tem permitido que se faça não somente a emissão do Imposto de Transmissão que pertence às prefeituras, bem como se proceda à elaboração de estatísticas.

Sr. Presidente, poderei enviar à Comissão os primeiros trabalhos que publicamos, uma coletânea de dados sobre a estrutura agrária do Brasil, com todos os elementos relativos aos Estados e regiões. Aliás, já providen-

ciel para que seja enviado à Comissão, amanhã, certo número de volumes da Estrutura Agrária do Brasil. Estamos, agora, iniciando a publicação das estatísticas, Estado por Estado, Município por Município. Estamos com três Estados, um de Sergipe, e de mais dois em elaboração. Esses cadastros não constituem um censo, mas um cadastro que está sendo permanentemente atualizado, não só através das verificações de erros e omissões, como também por meio das reclamações que vimos recebendo dos interessados.

Qualquer declarante do imóvel rural, ao receber a sua guia do tributo, ocasião em que conhece, em que reifica quanto vai pagar, em que toma conhecimento de uma irregularidade, com a qual não concorda, então, faz a reclamação, que é examinada e atendida, ou não, conforme o caso.

Essa circunstância permite-nos atualizarmos permanentemente os cadastros. Há, inclusive, na Lei da Terra, determinação segundo a qual, em 1970, ao se proceder ao Censo-Agrícola, do IBGE, deverá haver um entendimento entre aquele Instituto e o IBRA, a fim de que se possa realizá-lo em conjunto.

Pela forma por que o IBRA foi estruturado e a necessidade de se proceder à elaboração, à computação desses dados, com a maior rapidez, para que se processe a emissão do imposto territorial rural anual, estamos em condições de imprimir e dar publicidade aos dados estatísticos, com brevidade superior à que poderia proporcionar o IBGE, cujo censo tem sua elaboração muito retardada, por se tratar de um censo.

Sr. Presidente, alguns resultados podem, desde já, ser apresentados. (Retomando a leitura)

"A um melhor conhecimento da estrutura agrária inclusive um melhor conhecimento, por parte dos proprietários dos seus empreendimentos agrários.

Isto pode parecer uma pretensão e o proprietário tenha tido melhor conhecimento em virtude do cadastro, mas isto, eu constatei em São Paulo, inclusive com a declaração de um velho proprietário que para poder preencher aquele questionário ele teve que estudar a sua propriedade, teve que conhecer a sua propriedade. Quer dizer, ele morava na propriedade, conhecia a propriedade mas, nunca tinha tido a preocupação de fazer uma revisão para poder preencher aqueles dados. Então, a partir daquela data, ele passou a conhecer a sua propriedade.

Identificação dos casos para regularização dos títulos. Aceleração da reforma agrária, desdobramento espontâneo de grandes propriedades improdutivas.

Está em curso o cadastramento de cerca de 1.500.000 arrendatários e posseiros e consequente registro dos contratos agrários.

Em seguida, convém fazer referência a um outro instrumento de reforma agrária, que é a tributação com efeito de progressividade. E essa tributação com esse objetivo é a primeira vez que um País e, principalmente, das dimensões do Brasil aplica como instrumento de reforma agrária. Em todas as outras repúblicas latino-americanas o instrumento de tributação não foi utilizado com essa particularidade. Mas aqui no Brasil essa tributação foi considerada como instrumento de reforma agrária para conversão a longo prazo da estrutura agrária. Esse instrumento fiscal foi utilizado se baseando, sobretudo, no princípio universal para tributação progressiva através de um sistema que leve em consideração fatores que fazem uma estatística em relação às características de tamanho, de localização, de condições sociais, de condições econômicas de exploração.

Dê-se modo de se pagar um imposto determinado pela alíquota de dois décimos por ponto, é preciso diminuir conforme os valores que traduzem as influências das características acima referidas. Quer dizer, duas propriedades vizinhas, das mesmas dimensões, se um proprietário tem uma renda e paga um imposto menor do que aqueles dois décimos por cento, e são compensados pelos fatores favoráveis, o seu vizinho não tem rendimento e paga imposto muito maior. Então, este é levado a passar a propriedade a alguém que a possa explorar. Não temos dados para estabelecer a média de ocorrência desses fatos, mas sabemos a eficácia desse impacto social que pode ser considerado por três aspectos: o aspecto financeiro, que é o de entrada de recursos; o econômico, que é o de aplicação de recursos, e o social, que é a aplicação de técnica e diretrizes para incrementar a produção ou corrigir determinados fatores sociais. O imposto territorial era, anteriormente, lançado ao arbítrio das municipalidades ou dos Estados, e como se referia a pequenas regiões, só tinha interesse quanto ao aspecto financeiro ou econômico. Ao passar, pela Constituição, para a competência da União, seu financiamento, cadastramento e arrecadação, embora o tributo sobre o produto continuasse o mesmo, houve um critério sobre esse tributo para que ele não tivesse agravado o seu quociente, o que vem impedir que o fato se revista do aspecto de impacto social. Já foram emitidas, no ano de 1967, três milhões e 500 mil guias para arrecadação do imposto territorial e predial, que poderá ser cobrado assim por essa forma.

O produto de arrecadação desse tributo pertence ao município. E ele entregue até o dia 30 do mês em que foi feita a arrecadação pelo banco arrecadador. Foi criada uma rede bancária de arrecadação, através de convênio com estabelecimentos bancários em cada Estado, em condições de alcançar, pelas suas agências, pelos seus correspondentes, ao maior número de municípios.

Gosto muito de frisar, porque para os Senhores isso não é novidade, mas em altas rodas governamentais, inclusive executivas, infelizmente, até em órgãos fazendários, que são os que dão o dinheiro, é comum a crença de que a redação do imposto territorial é do IBRA. Isso tem prejudicado muito no Ministério da Fazenda, pela dificuldade de liberar as verbas porque há sempre essa impressão.

De forma que, repito, o produto da arrecadação desses recursos é dos municípios. O IBRA recebe uma parte de vinte por cento que se destina a pagamento dos serviços de cadastramento, emissão de guias, computação e todos os demais trabalhos complementares.

Eu trouxe um mapa, por exemplo, da Paraíba, mostrando que, em 1966, o imposto territorial rural que ficou na Paraíba montou a 372 milhões de cruzeiros. E, em 1967 já foi de 580 milhões.

Quer dizer, essa é a arrecadação que fica na terra. Está faltando ao imposto territorial um fator que era determinação legal, conforme fui informado nas discussões desses assuntos no Congresso, ou seja, o de obrigar os municípios a fazerem reverter a qualquer finalidade da terra, o resultado dessa arrecadação. Mas, não há nenhuma obrigatoriedade das municipalidades em aplicar na terra o produto da arrecadação, que é entregue no último dia útil do mês. Nós sabemos que algumas prefeituras estão fazendo luminosos, quando, a rigor, poderiam fazer reverter à terra o dinheiro que dela veio. Então, como há essa possibilidade, nós estamos procurando o problema, enviando

para os Estados esses relatórios mandando para suas capitais a verba dessa arrecadação.

Como está exposto, o valor da arrecadação não entra no Orçamento da Municipalidade, como também não há nenhum controle. Esse controle escapa à esfera federal e fica somente no âmbito estadual da Câmara de Vereadores.

Para os municípios há grande importância, porque há pouco tempo o imposto de Renda só era entregue aos municípios quando o Governo entregava a prestação das quotas. Depois é que havia a prestação de contas correspondente, independentemente de qualquer burocracia.

Estabelecemos a rede bancária e controlamos, fiscalizamos a arrecadação e a entrega, na Prefeitura, no dia 30, da importância correspondente.

É uma arrecadação de grande mobilidade, de grande solidez para a Prefeitura.

(Lê)

"Nas áreas....

..... baixa de fronteira). O Instituto tem dois tipos de planos, que têm aplicação em todo o Território Nacional: Plano de Arrecadação e Plano de Cadastramento das terras públicas.

Já estamos realizando, na baixa de fronteira, há dois anos, esse trabalho. Já mantemos distritos de terras no Rio Grande do Sul, no Paraná, dois em Mato Grosso, instalamos um em Roraima e outro na Amazônia.

A finalidade desse trabalho é dar cumprimento do Estatuto, com a discriminação das terras públicas e, principalmente, a regularização dos títulos de propriedade.

Essas regiões de fronteiras, em sua maior parte, são zonas de litígio, de discussões permanentes e de ocupação por lavradores, posseiros que ali estão há dez, quinze anos, sem título de propriedade. O IBRA já tem feito o levantamento das condições de moradia e a habilitação do ocupante, faz a demarcação e em seguida a entrega do título.

No Rio Grande do Sul, cerca de 10 mil títulos já foram entregues e, até o fim do ano, cerca de 80 mil deverão estar entregues. No Paraná, também, o mesmo trabalho vem sendo realizado não só pelo IBRA mas pelo Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, através da regularização de um grande número de títulos e estamos encaminhando para outra região, o que vem tranquilizar.

(Lendo)

Além dessa discriminação de terras públicas, cabe ao IBRA...

Nós estamos em estudos, agora, de um convênio com o Espírito Santo. Parece que na ocasião da discussão deste assunto no Congresso não havia sido criado o IBRA. Este foi previsto quando surgiu a reforma agrária. O IBRA, afinal foi transferido para o Ministério da Agricultura, dada a incumbência que lhe foi atribuída.

(Lendo) ... De modo que, em relação ao IBRA...

(Lendo)

Em Punta del Este, há pouco tempo, reuniram-se os presidentes dos Estados americanos, numa esfera política ampla, em busca de integração do Continente, inspirados em propósito...

... da propriedade, bem como o estabelecimento e a expansão das indústrias latino-americanas... dentro ou fora dessas mesmas zonas, possa ser...

(leitura)

(Continua lendo) ... possa ser concluída a regularização dos títulos de propriedade...

Resumindo: sob o ponto-de-vista do que foi feito, nós podemos dizer que a primeira tarefa foi a do cadastramento, em que foram colhidos quatro

milhões de declarações de imóveis rurais, com a instalação da rede nacional de cadastramento. Esta rede está presente, hoje, para receber as novas declarações e retificações.

Foi criado o sistema de tributação, progressiva e regressiva, para cobrança do Imposto Territorial Rural, sendo criada, concomitantemente, rede bancária para arrecadação e entrega das parcelas da arrecadação aos municípios.

Com relação à demarcação das terras públicas, na faixa de fronteira, no Rio Grande do Sul foram entregues 20.000 títulos, e a meta é 80.000 no Rio Grande. Não temos notícia de quantos serão, nos outros Estados. Já estamos com dois convênios em andamento.

O principal trabalho efetivo da reforma agrária é a entrega da terra ao homem. Este trabalho demanda tempo. O que se fez até agora é pouco. Ainda hoje eu estava dizendo em outra Comissão, quase que entregamos 500 títulos a parceiros novos, sem considerar esses títulos de regularização de propriedades de antiga posse.

Essa massa de 500 títulos é que deve ser aumentada substancialmente e nossa preocupação é simplificar os processos desses distritos de colonização e metodologia. Nesse sentido, o IBRA trouxe ao Brasil uma comissão da FAO, composta de três grandes técnicos em reforma agrária, conhecedores de todas as reformas agrárias realizadas na América Latina e que visitaram os nossos distritos de colonização e receberam informes do nosso departamento. Deverão nos enviar relatório dentro de 20 dias e com o compromisso de nos enviarem, em junho, dois técnicos para colaborarem na simplificação dos processos e acelerar a reforma agrária no Brasil.

Os senhores devem ter ouvido falar no projeto de colonização do Distrito de Alexandre Gusmão que, na minha opinião, é um processo sofisticado, excessivamente técnico e de aplicação demorada. Mas, isso se aplica perfeitamente porque, na ocasião em que foi aprovado, — eu também o aprovei, — partimos do pressuposto, da orientação de que, quando se faz um projeto bem elevado e se chega à metade, fica o projeto a bom nível. Mas, quando se faz um projeto cuja meta é baixa e se atinge a metade, não fica a bom nível. Quer o projeto de Alexandre Gusmão quer o de Caxangá, são de níveis altos. Isso, para podermos entregar mais rapidamente a terra ao homem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Senhor Relator, Deputado Breno da Silveira.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Senhor Presidente, terei de falar pouco porque continuo afônico, inclusive tenho o trabalho lido pelo nosso ilustre convidado. Desejava apenas fazer algumas perguntas, em áreas como a de Goiás. É normal a existência de dezenas, ou melhor, centenas de propriedades ainda em condomínio. São propriedades onde grandes famílias eram proprietárias e, naturalmente, os seus herdeiros é que ficaram com os títulos legítimos de propriedade. Mas estas ainda não foram regularizadas, legalizadas no que pese o domínio, e as certidões serem as mais autênticas. Eu perguntaria qual seria o comportamento do IBRA, porque essas propriedades, aqui, em Goiás, são comuns. É difícil para qualquer fazendeiro que venha de Minas Gerais ou de São Paulo, ou de lugar outro qualquer, e adquira terras, encontrá-las de tal maneira liberadas e legalizadas que possam efetuar o seu registro definitivo, o que seria o ideal em matéria de propriedade.

Eu perguntaria se já o IBRA iniciou ou pretende iniciar alguma atuação neste sentido, porque, cada ano que passa, a coisa se torna pior, são

novos herdeiros que morrem, ou que surgem, são novos testamentos e naturalmente inventários que se abrem dando à parte jurídica problema dos mais sérios. Também perguntaria a V. Sr. já que a parte de Goiás é praticamente toda feita aqui em Brasília, se o IBRA de Brasília é o centro regional? Perguntaria se já havia alguma moisa nesse sentido.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Não entendi bem a sua pergunta. Em primeiro lugar a lei não impede a venda de propriedade rural.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu renovei a minha pergunta, para que o Senhor esclareça o que estabelece o estatuto.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — A lei não impede a propriedade em condomínio. A lei não impede, também, a venda de uma propriedade em condomínio. O que a lei procura impedir é a formação de novos minifúndios. Há uma confusão dizendo que a lei impedia a venda de propriedades rurais. De modo que uma propriedade que passa pelas mãos de vários herdeiros pode ser partilhada inicialmente, desde que cada uma das parcelas não esteja sendo minifúndio. Se ocorrer que seja minifúndio a lei já prevê que o IBRA pode financiar de modo que o herdeiro possa comprar a parte do outro.

Parece-me que a pergunta do nobre Deputado é que o novo comprador não tem a documentação hábil para poder comprar.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — É que aqui o cadastramento, que é feito pelo IBRA, tem caráter não só em terras públicas, como em terras particulares.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Infelizmente, no momento, só de terras públicas. Só dois ou três apresentaram declarações. De modo que esse cadastramento que existe de imóveis rurais é de propriedades privadas. Estamos rumando para fazer cadastramento de terras devolutas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Se o IBRA intervém em áreas litigiosas, na verdade, damos notícias de proprietários de grandes zonas de terra, de 3, 4 mil alqueires que vivem há 40, 50 anos, gente que se julga dona da terra e que julgo merece que o seja.

Perguntaria a V. Ex.^a: Qual seria o caminho? Os moradores, os proprietários, os posseiros se dirigem ao IBRA para solicitar a legalização dessas glebas?

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Permita-me, para meu esclarecimento: — Uma pessoa quer comprar uma dessas terras...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não, a pessoa já comprou. Já é dona da terra. Não há divisão judicial definitiva. É uma gleba em comum, 180 alqueires. Tenho um vizinho que tem uma gleba além de 300 alqueires.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Ordinariamente é uma gleba. Pertencia a um proprietário, que morreu, e essa gleba foi sendo dividida em condomínios. Um comprador de fora vai comprar uma parte. Tem que comprar essa parte em condomínio e fica sendo condômino da propriedade.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O ideal é que haja essa independência para apossar o processo judicial dessa divisão definitiva. Acho que o IBRA deveria intervir, pois essa é a sua função.

Eu perguntaria, deveria partir dos posseiros, dos proprietários, esta iniciativa de forçar o IBRA?

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Eu quero situar o problema sob o aspecto jurídico. Nós já fizemos vários trabalhos desse tipo em fazendas, em São Paulo, na fazenda Mangueirão, por exemplo, no Rio Grande do Sul onde, com a morte do proprie-

tário, levaram os sucessores 20 anos para ter a decisão na Justiça.

O proprietário ganhou a causa e foi lá encontrou a propriedade invadida pelos lavradores que já estavam lá há 10, 15 anos. Neste caso o IBRA entrou em ação. Como? Desapropriando as terras para após fazê-las passar aos posseiros, verificando os que tinham condições de continuar, mediante instrumento de desapropriação e redistribuição àqueles que já estavam.

No caso citado pelo Deputado, não houve convulsão social mas falta de proteção jurídica hábil. Cada condômino pode vender sua parte ideal, quem compra continua sendo condômino. É mais um problema de natureza jurídica.

O DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Ai, é que é o problema, requerer a divisão. Geralmente a família e o total se encosta. Quero falar por exemplo em Goiás (o Goiás que eu conheço, o que Vossa Excelência conhece eu não sei se é assim). Quando se requer sobre isto leva anos, porque o advogado dificulta a tramitação, exige para andamento do processo naturalmente impostos, verbas de todos os condôminos, e estes, geralmente, não têm estas verbas.

De maneira que aí é que perguntava se não poderia ser forçada uma orientação para regularizar a situação da terra. Inclusive é um dos principais problemas da IBRA. Então eu acharia que poderia esta intervir, desde que solicitada mas não para desapropriar.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Mas aí era uma ação pura particular, porque há facilidade jurídica para o comprador continuar condômino. E com isto não há ação externa para resolver uma situação de tensão social. Porque aí o problema é de regularização.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Regularização do título de propriedade...

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — O problema é de regularização porque, quando o condômino compra uma parcela de uma casa, de uma empresa, ou se tem sua parte de condomínio, é uma parcela ideal, mas não uma parcela física. Hoje, estão usando muito isso em zonas florestais, vendem áreas florestais em benefício daquela parte que é contribuição em condomínio.

O condômino é uma parcela ideal daquela propriedade. Mas ninguém recebe uma parcela física. Pode construir a sua casa desde que haja o condomínio dentro daquela parcela. Continua condômino daquela gleba conjunta, podendo aplicar nele os recursos intensivos que a Lei do Imposto de Renda faculta para o re-florestamento.

Hoje, se usa muito no reflorestamento.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Nas reuniões que realizamos com os fazendeiros, tivemos notícias de que o Estatuto da Terra, no seu Artigo 85, havia sido modificado por um decreto àquela que diz respeito à fixação dos preços mínimos, de acordo com a essencialidade dos produtos agropecuários visando mercados interno e externo; deverá ser feito no mínimo sessenta dias antes da época do plantio em cada região, reajustado na época de venda.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Creio que esse decreto foi baixado pelo Ministro da Agricultura, a pedido do Sr. Lefebvre, Presidente da Comissão de Preços. Foi justamente para se armar, porque já se tendo esgotados 180 dias, sem regulamentação, estava passível de receber intimações judiciais, de mandados de segurança. De modo que foi medida feita exclusivamente com relação a modificação de preço. Não foi propriamente uma revogação do artigo; foi uma modificação, uma interpretação uma regulamentação na questão do prazo.

A fixação dos preços mínimos, de acordo com a especialidade dos produtos agropecuários, visando os mercados interno e externo, deverá ser feita, no mínimo, 60 dias antes, da época do plantio: reporta-se a uma regulamentação.

Então, como não havia essa regulamentação, Lefebvre fez um estudo e pediu ao Ministro da Agricultura baixasse um decreto dando — não me lembro bem se uma precuação — dando valores...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Ocorreu em vista da pouca defesa dos produtores, para que o preço mínimo chegasse em prazo pelo menos viável ou possível não caindo, desta forma os produtores nas mãos dos atravessadores.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE (Depoente) — Ai não há responsabilidade do IBRA porque a Lei de Responsabilidade da Terra deve ser aplicada por todos os órgãos, por todos os elementos responsáveis. O IBRA apenas é órgão executor da reforma agrária. Não foi ele responsável pela alteração.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O IBRA é regido pelo Estatuto da Terra.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE (Depoente) — O IBRA é o executor da reforma agrária, mas tudo que está dentro da lei deve ser cumprido pelo IBRA, pelos demais órgãos e pelas cidadãs brasileiras em geral.

Como, pode um simples decreto derogar uma lei?

Não tenho o decreto em mão, mas creio que apenas fez uma alteração em relação aos prazos.

Os Srs. Membros da Comissão estão mais habilitados a responder que eu. Um simples decreto não pode derogar uma lei.

O decreto apenas regulamentou alguns artigos da lei em relação a prazo. Não me parece tenha havido uma derrogação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Uma das coisas que ouvimos, em Araguari por exemplo, é de uma família que tinha declarado área idêntica. Ou por herdeiros, ou por defeito de declaração ou não a tributação veio completamente diferente.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Se não são áreas idênticas, com propriedades de mesma dimensão, provavelmente as condições de exploração, as condições sociais são diversas, a percentagem de área explorada em relação ao total será diferente. Um deles terá declarado que tinha áreas melhoradas, portanto isso beneficiou no coeficiente; outro declarou que toda a propriedade era explorável, e não explorando isso vem agravar. Se comparando as duas declarações poderemos chegar a uma conclusão.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Por exemplo, a benfeitoria, a casa a residência, ela aumenta a tributação?

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Não pelo contrário porque dá uma demonstração de investimentos. Há um coeficiente que leva em consideração o investimento. Máquinas agrícolas, implementos, tudo isso melhora a situação do contribuinte.

Devo inclusive adiantar aos senhores o seguinte. Já estudamos com o Imposto de Renda — não foi possível entrar neste ano, mas provavelmente no ano seguinte entrará — a possibilidade da repartição bairar uma regulamentação para consuetudinizar o art. 58. Porque pelo regime de exploração agrícola, para efeito da determinação do imposto de renda, aplicar-se-á o coeficiente de 3% sobre o valor do imóvel.

E mais adiante diz que, igualmente, serão deduzidos o valor do gado, das máquinas e benfeitorias permanentes e coeficiente de 1%. Analisando bem, o Imposto de Renda, com

a preocupação de estimular os que têm investimentos, resolveu interpretar da seguinte forma: deduzir antes de calcular os 3%. Dando um exemplo com números, temos duas propriedades com o valor de 200 milhões cada. Uma tem 150 milhões de investimentos e calcula-se os 3% sobre 50 milhões. Quanto a outra, — calcula-se sobre 200 milhões. Isso vai beneficiar quem investiu, porque vai pagar 3% sobre o computo zero — quem não investiu.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O senhor falou sobre o Núcleo Alexandre Gusmão. Conheço bem esse núcleo e foi uma das maiores tristezas da minha vida...

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Para mim, é uma das maiores alegrias.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — ... o que assisti ali. Inclusive, nas áreas agrícolas daquela zona geoeconômica vizinha, ocorreu o esvaziamento total de nossas fazendas...

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Esta parte desconheço.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — ... porque os trabalhadores dessas fazendas am ganhar mais, trzentos cruzeiros antigos por hora, e para ficar parados. Ganhando uma fortuna para ficar parados. Tenho conhecimento de isto, inclusive porque possuo fazenda próxima à região.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Posso dizer que já foi corrigida esta situação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não era possível perdurasse essa situação por mais tempo, de centenas de pessoas plantando eucaliptos — abrindo covas, máquinas que ali foram postas, tratores, de esteira e toda uma série de material técnico de primeira ordem, casas que foram construídas, em lotamentos separados em lotes do tipo daquele do Núcleo de Colonização de Santa Cruz de Piracema, de residências isoladas.

A meu ver, o que se gastou ali, não sei quanto, se empregado em áreas mais férteis, teria sido vantajoso. O que nos calou profundamente é ver que na área mais estéril, em matéria de terra, foi justamente onde o IBRA foi trabalhar. Inclusive, os planos de uma companhia não sei se japonesa ou argentina.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — Argentina.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Pelo que vi, pelo que vi que ela erra várias vezes, as localizações caíam topograficamente, ora dentro dos pântanos, ora em lugares diferentes, e se não fossem os técnicos brasileiros do próprio IBRA eu tenho a impressão de que o Núcleo Alexandre Gusmão não teria saído das letras e das notícias.

De maneira que não sabemos por que razão foi dada a companhia estrangeira que não conhecia, que planejou tudo quase que pelo mapa, talvez por um levantamento aerotopográfico deficiente que, às vezes, faz o levantamento mas não sabe que ali é um pântano. Talvez os novos levantamentos feitos pelos americanos sejam mais perfeitos.

O SR. CESAR REIS CANTANHEDE — A fotografia é a mesma. A máquina geralmente é alemã. Assim posso responder às três coisas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — De maneira que provocou, naquela época, um verdadeiro êxodo, fazendo esvaziar, num maio de cem quilômetros, todos que iam trabalhar no IBRA. E sabemos o que significa o braço. O braço hoje, na zona rural, a coisa mais difícil que temos, inclusive se estranha as críticas permanentes. O IBRA tem máquinas, tem tratores, não sabemos se é seu ou se é alugado....

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — E' nosso.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — ... mas então se pergunta: por que essas máquinas não dão atendimento a dezenas de fazendeiros que não têm um trator para lutar contra a grande praga do País que é o tóco. Não se pode usar trator de pneu com o tóco, só quem arranca tóco é o trator de esteira, e só as grandes organizações como o IBRA e o Ministério da Agricultura é que podem possuí-lo.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Hoje muitas cooperativas já têm trator de esteira.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Mas até que este País chegue a organizar-se em cooperativas 70% de fazendeiros do nosso Brasil, tenho a impressão de que, até lá, muita coisa vai passar. O fato é que, depois que Brizola pregou a reforma agrária, depois que se estabeleceu o pânico, e inclusive as reações se fizeram sentir, ainda há poucos dias ouvimos na exposição de Uberaba, a que comparecemos, ouvimos e sentimos que ainda há medo de que a reforma agrária venha a processar-se na marra.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Mas, a tranquilidade existe, agora.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu afirmava que ainda hoje sentimos que há, na área rural do Brasil, que se diz responsável pelo mito da luta para deposição do governo anterior, certa desconfiança afirma-se hoje, novamente, alto e bom som, que a desilusão diante da opressão do I.C.M., diante das dificuldades do IBRA, do INDA, é de tal ordem que os fazendeiros estão desesperados, os agricultores desesperados e terrivelmente.

De modo que, então, eu dizia a V. Exa. inclusive que é o próprio Instituto que se diz de reforma agrária, ele praticamente não tem ajudado nada, porque nem máquinas, nem atendimento algum tem feito.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Não é da sua obrigação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Mas, aqui diz, conforme pode ser visto que a colaboração do IBRA se fará....

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Esses instrumentos todos são instrumentos que o IBRA deve aplicar, mas dentro de uma metodologia determinada e sempre através de cooperativas. Tanto é assim que temos financiado comerciantes e favorecido o meio rural.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — A política desse fomento rural é de forma que ela atenda não só ao consumo interno mas, também, a possibilidade de obtenção de serviços exportáveis, conforme está aqui consignado.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Mas, o Sr. veja um outro artigo em que diz que se farão através de cooperativismo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E o cooperativismo é um dos artigos desse item. Damos assistência creditícia à comercialização, à fiscalização.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — A associação é uma coisa, mas se os lavradores tiverem uma cooperativa, é o ideal.

Em Goiás, já temos várias usinas de latifúndios, de armazéns gerais, a fábrica de beneficiamento de arroz, depósitos feitos justamente para cooperativas, que ganham maior massa.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Se, realmente, o IBRA vai funcionar em reforma agrária, neste País, na base de cooperativa, vou dar meus parabéns ao meu caríssimo amigo.

Já tivemos no Brasil uma cooperativa que virou em trust.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — A Empresa Flávio de Brito não é cooperativa.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Mas já foi o SR. CESAR REIS CATANHEDE — Mas não é mais.

Houve no Brasil uma deterioração de cooperativas. A congregação de cooperativas é o ideal. Um lavrador não pode ter máquina, não dispõe de capital. A cooperativa tem e aplica. A cooperativa tem as máquinas e cede a seus cooperados. Essa é sua finalidade.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não tem dado resultado até hoje esse alto grau de sensibilidade em matéria de se juntarem esforços em nosso País. Infelizmente, em todos os lugares do Brasil, não se tem tido resultado ou tem sido feito de cima para baixo.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Sou mais velho que o Senhor, mas sou otimista, ainda acredito nestas coisas, tenho crença, fé na agregação, na cooperação. Cada vez que trabalho...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Acredito, tanto que sou estatal, sou socialista.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — O que está acontecendo no caso das cooperativas, é que houve isolamento completo do lavrador que passou a não confiar na cooperativa. Quando se faz uma convocação, quando se mostra ao homem do campo, rude mas capaz, correto e com sensibilidade, o que poderá conseguir e os benefícios que poderá tirar desse sistema, se consegue estabelecer...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Admiro o otimismo de V. Sa. mas acho que se o IBRA vai fazer reforma agrária na base de cooperativas...

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Não é na base, é com a participação...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Se não houver entrosamento com outro setor do Ministério, da Secretaria de Agricultura, para atendimento imediato dos fazendeiros, pecuaristas e lavradores, tenho a impressão de que esse descrédito — queria que V. Sa. tivesse pelo menos uma idéia — se estou falando alguma coisa que não seja verdade tenho aqui testemunho que duvido me desmentir, estou advertindo, há uma revolta, uma rebelião, até uma ameaça. De maneira que estou fazendo aqui como que uma advertência porque nós o que ouvimos foi isto: em Araguari, em Londrina, no Triângulo Mineiro ouvimos isso. Ouvimos em São Paulo; em São Paulo menos, em Barreto menos.

O SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO CORRÊA — Nas propriedades longínquas naturalmente os recursos não são fáceis. O que é ridículo, por exemplo, como em Campo Grande é pagar mais NCr\$ 300,00 por mês. Acho que há um exagero no IBRA nesse setor. Nós estamos pagando mais, em Campo Grande, do que pagávamos.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Na ocasião, realmente, não é possível quebrar esses ritmos. Vê-se mesmo que não é possível quebrar a soberania das Prefeituras Municipais impondo uma aplicação maior que seria inconveniente. Devo dizer que antes o IBRA tinha previsto a criação de Campanhas de insumos.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Deixe-me responder à parte do Alexandre Gusmão. E' outro assunto. Eu responderei a todos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Se não estou enganado havia dentro das promessas do IBRA a organização de Com-

panhia de Insumos, para prestação de serviços.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Existe. Exato!

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — De maneira que está mais ou menos chegando aonde eu quero ir.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Existe e funcionando.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E como vai prestar serviços?

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Com taxas mais baratas do que as normais da região. Fornece os insumos a preços mais baratos do que os da região. Inclusive, aqui em Brasília, a Companhia Auxiliar de Produção de Insumos Agrícolas já está funcionando com quatro postos instalados, dois aqui em Brasília, um em Taguatinga. Já instalamos um em Minas Gerais, que está vendendo arame farpado, insumos, inseticidas mais barato do que o normal.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Mas tem também a atividade de petróleo.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — A outra que se está instalando vai ter serviço de patrulha de terraplenagem, de aração, do gradeamento.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. Exa. então, cai justamente na tese que estou defendendo. Estou estranhando que o IBRA não nos atenda, não atenda ao lavrador.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — A Companhia, em Goiás, agora é que está sendo instalada. As três Companhias — a do Rio de Janeiro, a do Rio Grande do Sul e a do Nordeste — estão fazendo o serviço. A do Nordeste, por exemplo, está perfurando poços, e comprou dois aviões. Está fazendo combate a cigarrinha.

A companhia do Rio Grande do Sul está realizando aração, gradeamento, barragens, irrigação, etc. Agora mesmo comprou duas colheadeiras de arroz e está fazendo esse tipo de trabalho. Onde não existe cooperativas, a companhia as está substituindo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Deputado) — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Antes de terminar o depoimento de V. Sa., Sr. César Reis Catanheide deseja informar que Membros desta Comissão visitaram recentemente, Uberaba e Barretos. Nessas cidades colheram informações contrárias ao imposto do IBRA e do INDA, mas coisa suave, que — acredito — facilmente contornadas. O difícil é contornar o ICM, porque todos são contrários — e veementemente — a esse imposto. E' agravante tremenda, é algo torpe. Por exemplo: na exposição de Uberaba, o Governo mineiro não concedeu isenção de imposto, ao contrário do Governo paulista, que isentou de imposto os negócios feitos dentro da exposição de Barretos. Então, foi uma grita-geral em Uberaba, grita que ouvimos — e continuamente — por dois dias seguidos.

O SR. DEPUTADO ARMINDO MASTROCOLLA — E uma vaca, naquela movimentação, no trânsito para ir à exposição, foi obrigada a pagar NCr\$ 135,00. Uma barbaridade.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta muito rápida. O minifúndio, V. Sa. naturalmente dentro do programa do IBRA procura evitar. Mas o minifúndio pode ser vendido?

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Não há nenhum impedimento legal para a venda de minifúndio. O que o Estatuto da Terra procura evitar é a proliferação do minifúndio. Mas os que têm minifúndio podem continuar vendendo-os, "per omnia saecula saeculorum".

O SR. DEPUTADO ARMINDO MASTROCOLLA — Qual o mínimo de área para ser considerado minifúndio?

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Dois hectares a 102 hectares, conforme seja a produção: granjeira ou de criação de gado vacum. Sendo que latifúndio é 600 vezes essa dimensão.

V. Exa. fez várias perguntas a que passo a responder. Se eu deixar de atender a todos os pontos, eu pediria que me lembrasse:

A primeira, em relação ao fato de o IBRA estar pagando trezentos cruzeiros antigos, por hora, roubando dessa forma uma porção de trabalhadores das fazendas mais próximas.

Devo dizer que é o mesmo mal que se verificou em Brasília, quando da sua construção. A finalidade do IBRA era apenas pagar aos possesores que lá estavam e que não tinham condições para exploração de suas terras. Nos dias de construção mais intensa, tivemos que pagar assalariados, como todas as obras de cidades. Mas estamos com o ritmo de obras já reduzido.

Com relação à maluquice de fazer plantação de lavoura naquela região de cerrado e de cascalho, quando poderíamos fazê-la em terra mais fácil, devo dizer que o IBRA não foi feito só para trabalhos cômodos. Ali havia um desafio, o de se pegar uma região de cerrado e pôr que era possível fazer grandes lavouras. Passei por lá hoje, de manhã, e notei uma diferença enorme com relação a três meses atrás. Acredito que, dentro de um ano poderemos abastecer suficientemente Brasília.

O mérito desse trabalho cabe ao IBRA, face ao número de parcelas de que dispomos. E' a demonstração do trabalho planejado, com o emprego da adubagem e correção do solo, evidenciando que é possível obter boa produtividade em terras de cerrado.

Uma das finalidades do IBRA é, certamente, em matéria de reforma agrária, a de melhorar as condições tecnológicas de exploração da terra, no Brasil.

Relativamente à alusão de ter o IBRA dado a uma empresa estrangeira essa incumbência, cabe observar um aspecto: não há técnico brasileiro nem técnico estrangeiro. Há técnico. Agora, quando não há técnico brasileiro, então, é preciso valer-se do técnico estrangeiro.

O que aconteceu foi o seguinte: quando o IBRA se instalou, não havia empresa brasileira capaz de fazer projetos agrícolas, a exemplo do que ocorria no setor industrial, onde havia um grande número de organizações especializadas em projetos industriais.

Com a criação do BNDE, já existe, no Brasil, grande número de firmas especializadas em projetos de natureza industrial, para o fim de financiamentos.

Em face daquela circunstância coube a essa firma SOLAR argentina a incumbência desses projetos. Acresce que além da tarefa de projetar essa empresa tem a de formação de pessoal técnico.

Já temos no Brasil sete ou oito empresas especializadas em projetos agrícolas; três ou quatro em São Paulo; duas ou três no Nordeste; havendo uma no Rio de Janeiro.

De modo que quando tivermos de fazer um projeto podemos chamar empresas brasileiras porque já tem o "know-how", já tem a tecnologia dessa formação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E na Chapada dos Viadinhos por exemplo há uma participação da assistência do IBRA.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Na administração anterior a nós não há nenhuma. Agora estamos procurando, por uma questão de trabalho de colonização querem am-trabalho de colonização, querem am-projetos de colonização para a nossa aprovação.

Agora, com relação ao grande número de reclamações que o Deputado Breno da Silveira e outros parlamentares têm encontrado por toda parte, quero dizer que o IBRA tem percorrido o Brasil todo naquele avião a jato que foi uma das grandes compras que o IBRA fez, porque tem percorrido o País todo, tem comparecido a convenções, tem comparecido a todas as federações, inclusive a reuniões de associações rurais e tem debatido francamente. Portanto, não é assim tão unânime a crítica ao IBRA e à reforma agrária. Encontra-se ainda muita aprovação e muita compreensão de que a situação hoje está muito melhor do que no tempo que V. Exa. falou, do Brizolla. Pelo menos há o diálogo. O IBRA está agindo com a preocupação de dialogar, e todas as reclamações quando elas nos são levadas, nós mandamos investigar. Aqui mesmo em Goiás, há poucos meses atrás, mandamos uma equipe para verificar as condições daquela parte do Norte de Goiás, onde havia várias reclamações, desajustamentos entre o valor do imóvel exato e as condições reais. Então essa equipe foi lá, fez um levantamento e em virtude disso nós corrigimos.

Já mandamos também uma equipe ao Piauí, para verificar a mesma coisa, assim como mandamos outra equipe a Curvelo, em Minas Gerais; toda vez que há uma reclamação identifica-se um grupo de lavradores, de pecuaristas ou de agricultores apresentando o mesmo sentido, as mesmas queixas. Então, houve uma deformação, ou das informações, ou do cadastro ou de qualquer aplicação ou do nosso funcionário local. Mandamos, então verificar, e temos feito várias retificações. 7, independente disso, há um decreto, proposto por nós, que facilita recursos e reclamações e isso atendemos. Está pois me parecendo que não é assim tão unânime a repulsa, e até me parece mais favorável a aceitação do que a repulsa, porque temos adotado todas essas providências correlatas em qualquer dos assuntos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Desde que V. Sa. se coloca nessa posição de achar que o famoso avião a jato é até um orgulho para o IBRA...

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Não é orgulho é instrumento de trabalho.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — ... Inclusive eu não sei o que seria das reuniões de que tenho participado. Não era meu intuito mas vi-me incumbido de organizar a Comissão Mista Agropecuária, e sou relator da mesma. Eu sou Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e foi muito bom que eu vivesse tão intensamente os debates que tenho vivido para ver como é fácil a desilusão, como vem depressa. Inclusive na Bahia, no que diz respeito à ameaça Brizollista, havia de qualquer maneira um regime democrático em funcionamento. Havia um Congresso, e dificilmente pela tramitação no Congresso que tem representação de 70% ainda ligada ao campo, a fazenda e, nenhuma reforma agrária passaria de feito algum, como veio assim magicamente, de cima para baixo, com o Congresso rebaixado, tudo aquilo que foi votado depois do advento de 1964.

De modo que as coisas se mudaram, o Congresso tem funcionado, a meu ver, como um biombo perante o mundo, numa maioria de um bi-partidarismo o mais humilhante para um país democrático.

Estou apenas desabafando, pois é um direito que me assiste. E' meu ponto de vista pessoal que quero manifestar e, principalmente, pelo fato de que tudo isso que nós estamos recebendo, estamos tendo, como quando houve aquele debate liberal, amplo, em que pese não prestar aquilo

que existisse antes, nunca foi favorável à faixa brisollista e minhas atitudes no Congresso são bem claras. Inclusive, fui homem que discerger naquela época, frontalmente, mas quero afirmar, categoricamente, que a legislação que nós estamos usufruindo não teve uma participação com a liberdade que, num regime democrático liberal, poderia ter, naturalmente se podando os exageros e sem aquela coisa que é mudança radical.

Francamente, nunca acreditei numa reforma agrária daquele tipo, porque sabia que, no Congresso Nacional, com a representação do povo brasileiro, onde 70, 80 % ainda é branco, ainda é usina, dificilmente a tramitação se faria para atender ao Senhor Brizolla.

Quero me congratular com V. Exa e peço desculpas pela minha rouquidão, pela minha afonia. Inclusive, estou febril, com a famosa "margarrida". Peço desculpas se fui um pouco exagerado, mas é admirado muito, mais do que possa imaginar, porque V. Exa. tem, na tradição do seu nome, uma das famílias que mais têm dado a este País, em matéria de cultura, de experiência, especialmente sua visão de homem público.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Agradeço ao nobre Deputado suas palavras e quero pedir também desculpas pela maneira com que respondi, porque os debates so podem ser francos e democráticos quando falamos com bom humor. Se falei nesse tom, o fiz com o objetivo de amenizar a forma de responder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Senhor Deputado Marcílio Lima.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Quero fazer uma pergunta a respeito do modo de agir do INDA. V. Exa. disse que há várias reclamações, na parte de Minas, para regularização das distorções que têm havido.

Quería saber se de Mato Grosso, também, não vieram reclamações em conjunto, principalmente da área do pantanal?

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Não precisa continuar, porque já tivemos reclamações no preenchimento do questionário relativo ao pantanal. Não é questão do INDA, é questão de terras utilizáveis.

Metade do ano a terra não é utilizável, daí o pedido de que se considerasse, na sua declaração como área utilizável, apenas cinquenta por cento. Embora não seja topográfica, área de prejuízo, na propriedade de uma certa dimensão que está no pantanal, cinquenta por cento não é explorável, o que foi tomado em consideração.

Não me recordo se isso foi apresentado por intermédio de qualquer representação pecuarista ou se foi dado por iniciativa do nosso encarregado na região. A solução que demos foi essa: fazer a declaração de que cinquenta por cento são terras inexploráveis. Quer dizer que teríamos que fazer nova declaração?

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Uma retificação. Então o IBRA faria uma revisão e faria um crédito correspondente ao solicitado, na nova declaração.

Esta seria feita toda vez que houvesse modificação nos investimentos, tendo por finalidade melhorar as condições de exploração, desde que houvesse modificações para as condições serem favoráveis, terem em mira o melhoramento dessas condições.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — No trabalho rural quem não trabalha bem, paga muito mais imposto, é lógico.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Procuramos incentivar a parte social. Vamos fazer escolas. No caso dos sergistas, por exemplo, estamos atendendo a uma solicitação da Federação de Sergistas do Amazo-

nas. Estamos vendo a solução adequada e pedimos que, nas suas declarações, indiquem o número de pés de sergistas, como é que estão sendo explorados os mesmos, etc. etc., correspondendo a uma cobertura dessas fatos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — (Inaudível).

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Em Mato Grosso, também há uma área muito fraca — terras arenosas. Há, então, distorção muito grande, em relação à quantia, por exemplo, de suporte de gado por hectare, o rendimento. Então, se declara uma parte de área como não explorada. O melhor rendimento é como se o gado...

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — E' uma área não explorada; são 10 hectares lá.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — De modo geral, há uma área, lá, de 10 hectares; não suporta uma renda. E' cerrado.

Não há ninguém que suporte. Está lançado; o IBRA terá que fazer declaração dessas áreas não exploradas.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — De modo que o coeficiente de rendimento, em muitos fatores, melhora o produto.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Estou pagando imposto e a renda não dá para pagar nada. Estou pagando 10 mil contos. O quadro não dá para isso.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — V. Exa. pode ter certeza de que, quando o tributo cobrado é exagerado, é porque há má informação...

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Pode ter sido uma informação correta mas mal orientada.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — A pessoa que fez declaração não sabia das consequências.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Obrigado. Estou satisfeito.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Agora, com relação ao módulo — já que V. Exa. falou no módulo: nossa preocupação é sempre corrigir essas deformações. Estamos fazendo estudos no sentido de dar mais flexibilidade ao módulo. Ab invés de 2, 3, 5 ou 7, estamos estabelecendo uma faixa modular para dar maior flexibilidade.

Iniciamos esses trabalhos no Paraná. Fizemos um inquérito junto aos prefeitos, pedindo que designassem uma comissão municipal, composta de pecuaristas, agricultores, para responder ao questionário sobre os fatores.

No Paraná não houve muita deformação. De modo geral, estabeleceu-se uma margem muito pequena para os limites. Contudo, nas outras regiões, a margem foi maior. Poucas foram as regiões em que houve discrepância fundamental. Nestas, mandamos verificar.

Com os resultados da apuração dos questionários, partiremos para outros Estados.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Senhor César Reis Catanhede, somos gratos por sua presença nesta Comissão.

Como disse muito bem o nobre Relator, Deputado Breno da Silveira, V. Sa. é homem que pertence a uma família dedicada aos interesses de nossa Pátria.

Pedimos desculpas por detê-lo durante muito tempo, mas V. Sa. deve consolar-se conosco, pois estamos desde amanhã nesta Comissão e ainda continuaremos em outra.

Foi um prazer ouvir seu depoimento.

Precisamos de pessoas, como V. Sa. dedicadas — e muito — ao bem do Brasil, dedicadas à prosperidade do Brasil, para podermos tirar nossa Pátria do subdesenvolvimento, tarefa que

não é fácil — e precisamos convencer-nos disto. Todos os brasileiros precisam trabalhar afinadamente, pois a tarefa é grande, neste mundo tão inquieto, tão sem orientação nos dias de hoje.

Estamos vendo — hoje li nos jornais — essa questão de estudantes, no mundo inteiro, aquém e além da Cortina-de-ferro, essas greves em Paris, que é coisa muito séria. Os próprios estudantes não sabem o que querem, há uma desorientação completa.

De maneira que nós, homens que cuidamos da coisa pública precisamos fazer um apelo a todos os nossos compatriotas para pensarmos seriamente nos nossos problemas. Mas nos resta o consolo de encontrar brasileiros como o senhor, com a sua equipe, que está sacrificando talvez os próprios interesses e vindo colaborar de maneira muito eficiente, como é tradição de sua família, na recuperação do País. Muito obrigado.

O SR. CESAR REIS CATANHEDE — Antes de encerrar, pedia licença para agradecer ao Senhor Presidente e a todos os membros da Comissão a paciência com que me ouviram e, declarar que, na qualidade de Presidente de um órgão incumbido de executar a reforma agrária, que fazemos é aplicar a lei que não foi feita por nós. Mas as leis são rígidas, são estritas. Os erros ou deficiências delas podem ser corrigidas na sua aplicação. Essa, a norma que tem sido seguida pelo IBRA: procurar sempre verificar onde surgem deformações decorrentes da aplicação da lei, para, de forma humana e racional, procurar corrigi-las, sem a preocupação rígida de estabelecer um figurino geral. Mesmo porque, o Brasil não pode ter um só figurino.

Mesmo porque o Brasil não pode ter um figurino, são vários figurinos. Quero que os senhores compreendam que nós, do IBRA, estamos a disposição para esses debates, esses diálogos e receberemos com a maior satisfação, qualquer crítica, mesmo violenta, porque mesmo uma crítica violenta é útil e, às vezes, uma crítica serena traz em si mais veneno. De modo que agradecemos qualquer crítica.

A todos muito obrigado pela paciência com que nos ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Devo informar aos Senhores Membros da Comissão que terça-feira teremos a presença do Dr. Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão.

ANEXO DA ATA DA 18ª REUNIÃO. REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 1968

Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO CORRÊA — Havendo número legal declarado aberta a reunião, Acha-se presente o Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA, que vem dar o seu precioso depoimento para esclarecimento da situação agropecuária do país.

Sr. Presidente Dix-Huit Rosado temos por princípio que o depoente faça uma explanação — se é que é do seu desejo — e, depois, então, responda às perguntas que lhe são feitas pelos diversos membros desta Comissão, começando pelo Relator que tem o seu tempo mais dilatado. Aos demais membros da Comissão são concedidos dez minutos para as perguntas.

V. Sa. pode escolher o tema dentro do assunto da agropecuária, que achar de maior interesse para o conhecimento desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Sr. Presidente da Comissão Mista para Estudo dos Problemas Agropecuários e Seus Reflexos na Economia Nacional, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Gostaria de seguir o roteiro tradicional da Comissão, fazendo, em primeiro plano, uma exposição relativa ao órgão que tenho a honra de dirigir e que foi criado, como todos sabem, pela Lei nº 4.504, de 30.9.1964. Esta Lei, em seu Art. 74, criava o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e, no campo das atividades rurais, responsabilidades que se constituem numa espécie de triângulo, no campo da colonização, do cooperativismo e do desenvolvimento rural propriamente dito, compreendendo o 2º item também os aspectos da extensão rural e o 2º o embasamento ou a infra-estrutura do desenvolvimento, incluindo também um capítulo de eletrificação rural.

Nestes dois anos em que dirigimos esta autarquia, do Ministério da Agricultura, temos-nos empenhado em seu desenvolvimento, sem des-ano. Como agricultor do nordeste, podia revelar-lhes Srs. Deputados, Srs. Senadores, a importância do lugar que ocupa e também a oportunidade que este Governo me concedeu de, como nordestino, poder desenvolver, no campo da agropecuária, um trabalho que se alargava sem nenhuma imagem literária, desde o Oiapoc até o Chai, porque no campo mesmo da valorização, já estamos em comunicação com o Comando Militar da Amazônia nos fixando nas fronteiras legais deste País continente, juntando os resultados que estamos começando a receber através de relatórios de nossas delegacias, compensadores no que estamos fazendo neste campo.

A colonização nós a temos realizado, para seguir a imagem que constrói para melhor explicar o funcionamento do órgão sob a minha direção, e posso ficar convencido de que, numa expressão nordestina, estará chovendo no molhado, mas é bom que chova no molhado porque as searas produzirão mais quando as chuvas caírem. E é preciso que V. Exas. sabendo o meu ponto de vista, conhecendo, pelo relatório que vou apresentar, o trabalho que realizamos, juntos possamos estabelecer esses liames de confiança naturais e legítimos em homens revestidos das responsabilidades de que eu e V. Exas. estamos e do desejo patriótico de servir à Nação.

Realizamos no campo da colonização — e isto é um dos setores que não tem conseguido entusiasmar, tanto como os outros, porque a nossa colonização tem sofrido naqueles pontos certos defeitos e não conseguimos repará-los. Não obstante, temos 26 núcleos coloniais, dos quais alguns têm sofrido uma aptidão especial para os diversos estágios de desenvolvimento rural.

Posso citar, por exemplo, começando pelo distante Estado do Amazonas, o núcleo de Bela Vista com mais de 300.000 hectares. Esse trabalho está sendo feito, mas não apresentou ainda os resultados desejados. Os núcleos da mesma região, Monte Alegre e Cuamá, estão apresentando resultados bons. Por exemplo, no campo da plantação de arroz e de pimenta do reino, obtivemos no ano passado, graças a grande expressão numérica, com relação ao obtido em outras safras.

Em verdade, estamos aproveitando as quedas pluviais e também a irrigação, sempre que falta a umidade necessária para o desenvolvimento da cultura.

No Maranhão, estamos com Barra da Corda, que não é na expressão geográfica um núcleo colonial de primeira grandeza, mas está revestido de responsabilidades diferentes, porque a construção da barragem da Boa Espe-

rança pretende deslocar cerca de 300 famílias e estamos preparando para realizar, em Barra da Corda, um trabalho que está ultrapassando as previsões mais otimistas, vez que vários dos elementos que deveriam ser deslocados estão se deslocando, por decisão própria, em outras direções. Mas o trabalho de deslocamento nessas colônias se revestiu de facilidades de permanência de colonos, principalmente no caso de famílias numerosas, porque os núcleos estarão preparados para receber elementos de vários Estados.

Hoje, de manhã, na Câmara dos Deputados, prestei depoimento de 3 horas e de vez em quando será necessário reavivar alguns aspectos daquele depoimento, mesmo porque eu viera para esta Comissão e, ao chegar ao aeroporto, recebi convite para a Comissão dos Assuntos do Nordeste. E o que me perguntaram, o que me solicitaram como relatório tinha que ser, de vez em quando, alguns aspectos dos meus trabalhos. Sei que alguém que tiver ocasião de ouvir parte do meu relatório verá que alguns pontos coincidem em repetir, porque o trabalho é o mesmo. O relatório é sobre o mesmo assunto.

Em relação à Amazônia, havia sempre uma preocupação, da Presidência Nacional de Desenvolvimento Agrário. Como homem do Nordeste, sabemos que as secas são cíclicas e que nós estamos vindo de um período, a partir de 1958, sem nenhuma seca, em que a explosão demográfica da região se acresce de novas parcelas e há realmente o sertanejo do Nordeste ainda não suficientemente educado, dentro do espírito de economia para fazer reservas, à semelhança do que sucedeu no Egito.

Estamos com dez anos de inverso, e as secas repontam cada decênio. De 1845 a 1897 o Nordeste viveu 32 anos de inverno mais ou menos abundante, e seria uma graça dos céus para nós se nós, aqui presentes, pusessemos viver novamente esses 32 anos, repetíssemos a história passada.

Os meteorologistas do mundo inteiro são unânimes em julgar essas manifestações da Meteorologia como um ponto sem contestação. Elas não precisam ser explicadas por uns, com as manchas solares, outros, com o deslocamento do eixo da terra. Se pudermos analisar a sucessão centenária dos ciclos fluviais dos vários continentes, veremos que esses episódios se repetem, e poderemos ter no Nordeste repetição do que houve no século passado.

Ao poder público cabe a responsabilidade de se preparar para o caso de nova calamidade, principalmente os departamentos ligados aos Ministérios da Agricultura e do Interior, como também as próprias Forças Armadas.

O Instituto tem procurado estudar o problema, fixando um roteiro um itinerário de trabalho para o caso de calamidade.

Sabemos que em 1953 sobramos 500 mil braços no Nordeste. Na oportunidade de nova seca — que penso e admito não sej. no próximo ano nem em 70 mas a partir de 71 porque a natureza não está habituada a dar saltos — pode ela realmente perturbar. Nos aspectos da Meteorologia conserva a seca certo roteiro que pode — e deve — repetir-se.

Estamos incentivando — e temos recursos — o programa, criando uma espécie de estrada larga, para levar os nordestinos às fazendas estaduais do Amazonas e do Pará. Os convênios já estão em funcionamento. Desta feita não são somente os nordestinos que querem a fixação de elementos humanos na Amazônia e a ocupação tão falada dos grandes espaços vazios.

De nossa parte há uma preocupação, tendo a oportunidade, como Senador da República e como Deputado federal, de viajar por vários países, principalmente por aqueles asfixiados por sua demografia, como sucede na Ásia, sabemos não ser possível as outras nações, asfixiadas, quase sem lugar onde se cair morto terão, naturalmente que voltar suas vistas para nós. E é o da nossa intenção no grande banquete dos interesses territoriais, internacionais, não servirmos de salmão defumado, nem de caviar do Volga, ou de pato laqueado de Pequim.

Dai a nossa preocupação em colaborar na fixação de quantos elementos possam ser espontaneamente carregados para a grande área amazônica.

Estamos usando processo que não será novo mas repetição prática do que já se experimentou no País: mandando buscar os parentes daqueles que moram na Amazônia e já criaram o espírito familiar naquela região para permitir que eles caminhem e não fiquem naquela dependência permanente do retorno, que está no espírito dos nordestinos como uma característica potencial.

Deste trabalho já temos recebido os relatórios, que nos encorajam a afirmar que ele vai progredir, mesmo porque, nos programas de desenvolvimento rural o essencial é o recurso. São medidas que visam a objetivos de grande valor, mas exigem recursos ponderáveis para a sua concretização. No País temos David Caidas e Gurguéia. No Rio Grande do Norte Plim e Marcolino Dantas. Na Bahia, Jeremias, Queimadas, Una, Fôrto Seguro, Ilupeva e Andaraí. No Paraná, Marquês de Abrantes, Andrada, General Osório e, em Goiás, Bernardo Saia e núcleos em face de emancipação como Jaguaquara e Dourados. Mais ainda estamos fazendo a emancipação de outros núcleos na Região de Santa Catarina, através do IRASC, que é órgão estadual responsável pelas titulações e emancipações das glebas de Esteves Jr., Antópolis e Itapoá que é a Cidade Município do Senador Atílio Fontana.

Este trabalho é indiscutivelmente, trabalho de grande importância no campo da colonização, porque ela só se conclui, ela só se define quando se passa ao colono o título de propriedade para que ele possa trabalhar. A agricultura, sabe-se, se repete a todo o dia na atividade essencial ao homem livre.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Folgo em ouvir o ardor de sua atividade.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — No campo da colonização — gostaria de perguntar a S. Exa. o Sr. Presidente, realmente, de quanto tempo disporão para não cansar-se e não trazer relatórios alongados, se desinteressados. A minha exposição poderá tomar alguns minutos mais.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Fica ao arbitrio de V. Sa.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Trouxe os mapas de nossas atividades.

Na colonização, nós está nos no Maranhão na colonização entramos no Maranhão através da coleta e estamos com o Governo do Piauí e com o Governo de Minas Gerais implantando também núcleos através de convênios também, além desses que acabo de apontar. Atenho-me um pouco de confiança no trabalho dos núcleos estaduais, porque a fiscalização, o interesse no trabalho é sempre mais aguçado dos interessados, daqueles que pagam imposto estadual. Acho, porque é da dinâmica tradicional da colonização dos núcleos coloniais, certas dificuldades na emancipação, porque

geralmente — e nisto invoco a experiência do dr. Nobre da Costa — é o administrador, e estamos agora caracterizando essa definição de administrador e transformando o administrador num simples encarregado para que ele não se sinta um proprietário do núcleo, para que ele não se incorpore à vida do núcleo e passe a receber as vantagens de dirigir o núcleo com recursos e com possibilidades dificultando, naturalmente, por mais que se fiscalize, por mais que o Departamento esteja presente, todos os trabalhos, que são demorados. E quem não sabe que existem no Brasil núcleos coloniais que deveriam ter sido emancipados na quarenta anos?

O nosso esforço nesse sentido tem sido do maior valor. Deu da minha experiência e do meu esforço uma característica diferente na colonização. Não me interessa pela faixa litorânea; todas as propostas que refazem de concessão de áreas aproximadas do litoral, eu já digo que o litoral pode ser aproveitado por elementos humanos diferentes, dependendo de correntes que podem até deixar de receber influência do Governo. Mas, aquelas áreas mais afastadas, estas estão dentro dos nossos programas e dos nossos anseios e, principalmente, aproveitando agora o eixo rodoviário para localizar de uma maneira ou de outra. Tenho pensado, repetindo o pensamento de outros técnicos, através daquelas fazendas-sementes ou cu fazenda-modelo, em que entregamos áreas com recursos a um agrônomo, a um veterinário ou técnico agrícola que passaria a ser o proprietário, a partir da primeira hora, para que, investido desse título de propriedade, ele tratasse a terra como seu real proprietário. Esses programas estão dentro do nosso roteiro, mas não tenho os elementos necessários senão o interesse que tem o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário de penetrar na rova técnica do sistema agrícola do País. Por isso, recorreremos ao comando militar, aos Estados para que se estabeleça o sistema de colonização. Os recursos são milionários, porque as despesas de deslocamento — uma pessoa paga por uma passagem, só a passagem, do Rio Grande do Norte para o Pará, no transporte mais barato 100 cruzeiros novos; um deslocamento continuado para a fazenda representa um novo ônus; e se não fizermos a travessia sem parada, cada dia que fica; mais despesa faz.

É preciso uma estrutura de embasamento capaz de receber o agricultor na primeira hora, e que ele se sinta também como a semente lançada a própria terra para penetrar as suas raízes e aprofundar-se na terra para nela fixar-se em definitivo.

O campo de colonização é um campo que atrai a todos: os técnicos, os leigos, os administradores, o país inteiro.

Hoje, os Exmos. Srs. Ministros se revelam da intenção de trabalho na Amazônia e tud isso reflete, no espírito uma larga imagem, a intenção do Governo Federal de ocupar, de uma maneira ou de outra, mas com brasileiros e se não for possível com brasileiros, com estrangeiros que venham para cá, que venham com o espírito de criar uma nova nação, mas que se ajustem ao nosso sistema de vida, as nossas leis e que se componham dentro do nosso sistema de governo para que passem, naturalmente, a ser brasileiros também.

No campo do cooperativismo, que é o segundo item do conteúdo da Lei 4.504, a linha pioneira de Rochdale durante largos anos foi violada na sua fisionomia pelo espírito de Shilok que avassalava a experiência cooperativa no Brasil.

É difícil e o legislador tem procurado rejeitar todos estes danos que

são causados ao cooperativismo brasileiro.

Nós somos o órgão, por excelência, criador e organizador do Cooperativismo e temos encontrado um vasto campo para desenvolvê-lo, eficientemente, não só dentro das grandes cooperativas como nas pequenas cooperativas do país.

Como podemos imaginar para o sistema de recuperação das cooperativas (e não é preciso ir longe para buscar as lições adequadas às soluções dos problemas dessa natureza, dentro do cooperativismo) porque as suas soluções, os seus socorros se encontram dentro de seu seio natural. E vemos que, em geral, o povo brasileiro é solidário com os seus próprios companheiros, entre si. E mesmo porque o povo brasileiro, servindo aos seus companheiros, é como servir a si próprio.

Temos também deparado com um problema, que é o da educação através da extensão natural e através dos ensinamentos utilizados nas Universidades, nas escolas de Veterinária e escolas de economia. Até os grupos religiosos são de grande colaboração, principalmente os que têm revelado a capacidade de utilizar os nossos recursos, realmente, realizando e criando uma nova estrutura dentro da própria cooperativa.

Estamos despendendo quantias avultadas neste trabalho e poderei dizer aqui que para todos os Estados fornecemos recursos, nesse sentido de ampliar e melhorar as cooperativas lá existentes, não só através de dados que obtivemos sobre a agricultura, como também para as Universidades, e aos Governos dos Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Território do Amapá, Sergipe, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Piauí. Esses são auxílios que demos a DACS para seu funcionamento: 520 bilhões de cruzeiros e mais 455 bilhões de cruzeiros.

No campo do cooperativismo, temos nos valido de uma técnica especial, procurando aquelas Cooperativas de produção, as de produção de leite, por exemplo, que estamos financiando em vários Estados da Federação com usinas de pasteurização para equipar as Cooperativas, desdobrá-las, ajudar os cooperativados, incentivar nova modalidade de funcionamento e estamos ajudando também várias outras cooperativas, inclusive de pescadores, levando aparelhagem, necessária para preservação do pescado em vários estados da Federação.

Hoje mesmo, quando estive na Câmara dos Srs. Deputados, — o assunto era Orós — eu me comprometi com o Presidente daquela Comissão, se solicitado fosse, a atender uma Cooperativa de Orós com os elementos necessários para a preservação dos peixes colhidos e pescados.

Diziam que eles estavam colocando Gerasol que podia, com o uso continuado, provocar dano à saúde da Região.

No segundo item, a extensão rural, tem sido um dos elementos principais da nossa atividade.

Usamos a tradicional ABCAR e suas subsidiárias e V. Exas. se surpreenderão se souberem que 70% dos resultados utilizados foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Este detalhe nasceu do conhecimento que tenho da questão, porque talvez tenha sido o primeiro brasileiro que, ao saber de novas formas utilizadas pela técnica americana em Minas Gerais, eu, àquela época Representante pelo Rio Grande do Norte, desloquei-me para aprender. Dessa ligação estabeleci um permanente contato com todos os extensionistas em todo o Brasil.

Tenho recebido resposta aos recursos que estamos enviando.

Em outubro passado vi vacilar o sistema, ao notar que havia 2.042 técnicos,

1.065 dos 85 escritórios estavam sem recursos para prosseguir.

Foi quando levei ao conhecimento do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário o problema, propondo uma ajuda de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros antigos. O Conselho aceitou minha proposta e liberamos todos os recursos.

O ano passado atingimos a quase 20 milhões na ajuda ao sistema extensionista brasileiro, que está conectado com novos esforços no grande trabalho do levantamento geral dos níveis do homem do campo. Porque é um trabalho difícil e muito mais difícil ainda de ser julgado a partir de uma análise perfunctória, porque é como se fôra um grande trabalho de canalização de águas, serviço de saneamento em que se vê um percentual mínimo aperecer: um chafariz aqui, outro ali. E os grandes trabalhos são as fontes que fornecem as águas, e as canalizações subterrâneas.

Na extensão rural também é assim. Os resultados são demorados e as operações prolongadas. Além dos trabalhos e recursos fornecidos a ABCAR que atingiram a quase 20 bilhões de cruzeiros, estamos colaborando no sistema extensionista brasileiro através da Escola de Agronomia e Veterinária Federal de Goiás, Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, Escola Superior de Agronomia de Lavras, Escola Agronômica do Nordeste, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Rural do Sul, Universidade de São Paulo, Secretaria de Agricultura de São Paulo, Universidade Rural de Pernambuco, Universidade de Minas Gerais, Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Escola Agronômica de Passo Fundo, Universidade Federal de Santa Catarina, Escola Agronômica do Médio São Francisco, Escola Agronômica da Amazônia, no Pará, Escola Agronômica da Bahia, Universidade Federal do Ceará, e Universidade Federal do Rio de Janeiro. E incluímos nos recursos para a ABCAR, neste setor, 680 milhões de cruzeiros antigos e demos, também através de universidades, a soma surpreendente de Cr\$ 4.855.345.000, contemplando: Instituto de Desenvolvimento Integral da Bahia, Confederação Nacional da Agricultura, Governo da Amazônia, Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação de Minas Gerais, Fundação de Itirapina, Prefeitura Municipal de Mossoró, Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Governo do Estado de Alagoas, Secretaria de Agricultura do Paraná, órgão do Ministério da Agricultura e Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade, Governo do Estado do Paraná.

Nesse setor, nós ainda, naquela larga tentativa de construir os embasamentos necessários, através da inteligência agrônoma do País, procuramos criar as escolas, os ginásios, os colégios necessários para o sinal da grande partida. E o nosso cuidado tem alcançado, em alguns Estados, como Minas Gerais e Piauí, até os cursos elementares, desenvolvendo problemas técnicos agrários. São vários os ginásios que já construímos, são vários os colégios que já ocupamos e construímos, uns tanques dormitório para os alunos, outros fornecendo pavimentos para zootecnia, outros ocupando integralmente, com valores que vão de 100 a 470.000 cruzeiros, como é o caso da Escola de Agricultura Superior de Mossoró, que construímos em seis meses, gastamos 470.000 cruzeiros e entregamos, em comodato, todos os equipamentos necessários para esta Escola, que já está funcionando e atinge a cerca de 200 municípios com mais de 1.500.000 habitantes. E, mais, tem em torno, como uma espécie de cinturão de segurança, o Colégio de Jundiá, o Ginásio de Ceará-Mirim, o Ginásio de Currais Novos, o Colégio de Catolé do Rocha, que servem como as matrizes necessárias para preencher as vagas da Escola Superior de Mossoró.

Poderíamos dizer que o INDA, através de sua Presidência, sente certo orgulho nesse empreendimento, empreendimento que foi motivo de polémica, de debate. Mas quando se defende a terra da gente e quando se tem a consciência tranquila, o debate empolga e serve de elemento de esclarecimento. Por isso tomei a liberdade de dizer — e o sei — que a Escola Superior de Mossoró talvez seja uma das mais bem equipadas do País, pois levamos todo o equipamento a continuarmos nosso trabalho, para ser fixado ali um centro de Meteorologia e outro de Geo-hidrologia, pois sabemos que aquela região sedimentar é uma das mais promissoras do mundo. Os levantados, utilizados através da Sismografia, da Magnetometria e da Eletroresistividade, já revelaram depósitos que equivalem a mil baías da Guanabara. A água já está surgindo, criando riachos, em cidade que há 200 anos vivia na sede e a se sedimentar em águas salobras e poluídas. Hoje há água termal, curativa, mineral jorrando de poços, arrancada do arenito-açu, da parte mais profunda, a cerca de 912 a 930 metros, e de temperatura de 54°. Além das qualidades de água mineral tipo "Lindóia" ainda se pensa — e já é do conhecimento popular — que gás magnético, vem dissolvido nas águas. As crianças bebem essa água quente, servindo, assim, de medicamento para o tratamento das verminoses e das doenças da pele, a própria temperatura já pode recomendar-se.

Esse trabalho, representa uma espécie de revolução na região, porque a água subterrânea tem, dentro da hidrologia moderna, um lugar de destaque.

Fomos sempre defensores dos açudes e das barragens, no Nordeste, mas os açudes e as barragens, sobre representarem um ônus, também têm aquela responsabilidade limitada na evaporação, porque do conhecimento técnico dos que observam as condições meteorológicas da região, na área do Nordeste, a evaporação é dez vezes superior à queda pluviométrica. E' muito caro reunir-se água, coletar-se água que se evapora à base de dez vezes a sua capacidade pluviométrica.

Por esse motivo, estamos estimulando e associando-nos, porque um dos trabalhos do INDA é procurar integrar-se com os elementos do Governo na faina da catequese, no somar esforços para alcançar um gol comum. E, negavelmente, tem sido o Ministério das Minas e Energia a principal parcela de responsabilidade, nesse trabalho, através do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Hoje, a cidade e a região rural olham os técnicos com profundo respeito, e suas praças e ruas já têm nomes de pessoas vivas, rompendo uma tradição de Mossoró, que só dava os nomes de suas praças e ruas a homens mortos. Hoje, porém, homens vivos têm seus nomes nas praças de Mossoró, porque bem mereceram essa honra. Poderia ler aqui a relação todos os cursos de ginásios, mas seria muito longo, de maneira geral é do nosso programa e estamos fazendo quase integralmente atender a dois ginásios ou colégios em cada Estado da Federação e o nosso programa já está em fase de conclusão, porque poucos Estados ainda não receberam nossa contribuição.

E neste setor já podemos acrescentar mais duas parcelas grandes aos 4 milhões, 865 mil e 345 cruzeiros novos, podemos acrescentar mais duas parcelas importantes uma da Cidade do Ilustre Senador Dinarte Mariz que está presente nesta reunião, que é a conclusão do Colégio Agrícola de Catolé e mais ainda a Secretaria de Agricultura de São Paulo, para construção de centros rurais com um convênio de 1 bilhão e 20 milhões de cruzeiros.

Mas de quantos trabalhos nós realizamos, nenhum; a nosso ver, tem sido resposta mais pronta do que a eletrificação rural. Antes de ingressar nesta

Comissão já debatera com o Assessor Novos da Costa os problemas de eletrificação rural no País, e foi uma graça para mim encontrar na opinião do técnico, um reforço para minha decisão de cada hora multiplicar o esforço no sentido de levar a energia elétrica, a energia inorgânica ao interior do Brasil, para substituir a energia muscular, orgânica, humilhante, mesmo a energia animal cara e de pouca capacidade de produção. O nosso programa começamos com um trabalho pioneiro da ERMIG, em Minas Gerais e, com essa companhia, fizemos programas visionários. Hoje são quase dois milhares de quilômetros de linhas aéreas que cobrem os céus de Minas Gerais. Mas a lição partiu do grande Estado e já se reproduz em quase todos os Estados da Federação.

As companhias concessionárias, que por tantos anos preguiçaram num trabalho de levar ao campo e às fazendas a eletrificação rural, hoje já estimulado por nós e, mais que isso, com recursos fornecidos pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, realizam um trabalho de projetos e constituem um somatório surpreendente dentro do campo da eletrificação rural.

Já na administração Costa e Silva construímos cerca de cinco mil quilômetros e aquela média de um quilômetro por fazenda está sendo mais ou menos mantida, e em alguns lugares, como em Santa Catarina, onde o nosso trabalho já se aproxima do bilhão de cruzeiros, essa concentração tem facilitado muito a formação de nossas cooperativas de eletrificação rural.

Queria ainda, abrindo um parêntesis, dizer que, como as cooperativas de eletrificação rural têm aspectos administrativos funcionais diferentes das outras cooperativas, o INDA resolveu mandar fazer cursos de liderança de cooperativas de eletrificação rural, pagando aos estudantes, desde a alimentação até o transporte. Já a primeira turma está saindo agora, e fizemos isso em convênio com o Governo de Pernambuco, através do DAE e de uma escola a que foi fornecido todo o instrumental, pelo Governo da França. Nesse trabalho nós temos duas etapas: a etapa da realização atual, que está sendo praticada com recursos do próprio INDA — e eu podia esclarecer a V. Ex^a que os recursos não são orçamentários, são recursos do próprio INDA. Já fizemos cinco mil quilômetros. Os recursos estão aqui catalogados. Mas esse não foi nosso grande trabalho. O primeiro simpósio de eletrificação rural, que realizamos em Brasília, foi surpreendente pelo número de técnicos que compareceram, pelos resultados surpreendentes que obtivemos e mais por uma característica diferente que demos a esse simpósio: no instante em que encerrávamos o simpósio, entregávamos a todas as concessionárias presentes os recursos indicados para os projetos que haviam de assumir, para pleitear o recurso de agências estrangeiras para o financiamento de um grande programa. E, já a esta altura, estamos recebendo todos esses projetos que foram pagos pelo INDA, a todas as concessionárias. Porque, se os projetos forem realizados, então esse financiamento primeiro será incorporado ao débito de financiamentos consequentes e, se o projeto não tiver viabilidade, será também um ônus para o Instituto Nacional de Reforma Agrária. Nisso despendemos NCr\$ 1.800.000.00 entregues a todas as concessionárias, e lá andamos, fiscalizamos e recebendo todo o resultado dessa grande operação que fizemos e que já está nos nossos escritórios, aqui em Brasília, devidamente apreciada pela minha assessoria especializada em eletrificação rural.

Todo esse projeto tem provocado a admiração de todos os estrangeiros que têm passado e que têm analisado os nossos trabalhos, e já some mais de NCr\$ 200.000.000.00 o valor do projeto que estamos por realizar.

Há a segunda etapa, que é a mais difícil, porque exigiria, como primeiro sinal, um pedido de recursos tão ponderáveis que não poderiam ser enquadrados dentro da moldura de um orçamento tão pequeno como do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Mas, paralelamente, estamos continuando incansavelmente o trabalho que foi iniciado na primeira hora, e é fácil de se verificar que estamos com mais de 30.000 km projetados, compreendendo mais de 30.000 fazendas e praticando, paulatinamente, através desses convênios, que vou apontar a V. Exas., para eletrificação rural no país.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, COELBA, um bilhão de cruzeiros; Eletrificação (ERMIG), Minas Gerais, cinco bilhões; Governo do Estado de Mato Grosso, dois bilhões de cruzeiros; Companhia de Eletrificação de Alagoas, 800 milhões. (Falo em cruzeiros velhos, e é sempre interessante para quem paga ou para quem ajuda, falar em cruzeiros velhos e recebendo falar em cruzeiros novos. Parece que diminui ou aumenta um pouco, só na expressão).

Centrais Elétricas de Goiás: Amanhã iremos a Goiás conduzindo recursos para duas coisas importantes: o atendimento parcial deste convênio e também para a instalação do Moinho de calcário que ali estamos montando e em vários Estados, principalmente aqueles que precisam de modificação imediata de PH para começar as atividades de produção com um moinho inclusive no Amazonas, um moinho no Pará. Amanhã, entregarei ao Governador atual, Osires Teixeira, um cheque de 100 mil cruzeiros novos.

O moinho de calcário 349.500 para o nosso programa de eletrificação rural e mais 30,00 para o programa de cooperativismo. Companhia de Força e Luz de Cataguazes.

S.A. de Eletrificação de Paraíba; Companhia de Eletricidade de Pernambuco, Companhia Estadual de Energia Elétrica do RGS; Estado de Santa Catarina; a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, que é a CERNE, subsidiária da SUDENE. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica, do Espírito Santo; Centrais Elétricas; Departamento de Águas e Energia de São Paulo Central Elétrica, de São Paulo. A esta Companhia de São Paulo enviamos a quantia de NCr\$ 18.234.369 cruzeiros novos.

Em São Paulo temos vários convênios, ainda. Esses aqui, serão acrescidos de outras parcelas: 143 milhões, em São Paulo. Tem mais, Vale do Itariri, Jales, Serusa e mais convênio do Governo do Estado de São Paulo com uma cooperativa chamada Seripa, de 1.300.000,00.

Continuando para estudos de projetos nos Estados do Espírito Santo, Alagoas, Bahia, Ceará, eletrificação do Nordeste, a CERNE. Quanto a esta foi motivo de satisfação dizer à Comissão, hoje pela manhã, o motivo nuclear da minha convocação era o Vale do Jaguaribe, porque envolvia o interesse de todo sistema Orde — Baniú, que há cerca de 30 dias assinou um convênio com a CERNE para elaborar todos os projetos do Jaguaribe.

Já no dia 16 faremos reuniões integradas no Estado do Ceará para aproveitarmos estudos dos franceses, dos israelenses e por que não dizermos, também, dos valiosos estudos brasileiros no Vale do Jaguaribe.

Temos ainda Centrais Elétricas do Maranhão, Companhia Força e Luz de Cataguazes, Eletrificação Rural de Minas Gerais — são novas — porque são dois tipos de recursos aqueles para execução e auxílio, para feitura, para elaboração dos projetos. Todos esses compreendem 19 milhões, 774 milhões, 74 cruzeiros novos.

No campo do desenvolvimento tecnológico, temos colaborado no conhecimento leiteiro ou na construção de bancos de semicongelados. Estamos

construindo o Banco da Sergipe e o do Fortaleza. O de Sergipe recebeu 50% de recursos, mas a encomenda do material está atrasada. O de Fortaleza está parcialmente funcionando.

Estamos nos deslocando para a construção de semicongelados dados pelos plantéis brasileiros e, se necessário, para a construção de semicongelados de genearcas, reconhecidos no mundo inteiro.

Ainda temos, no programa de desenvolvimento industrial e tecnológico a ajuda, aqui e ali, a determinadas indústrias, principalmente no campo da mandioca, levando a máquina industrial às regiões de produção alta, equipando, para que haja aproveitamento integral deste produto para a produção de ração com a própria máquina, que o técnico poderá confirmar. Há grande base proteica na mandioca. O Sr. Senador Aurélio Vianna, em sua recente viagem ao Japão e à Tailândia, vem compreendendo na sua plenitude o problema, a necessidade de proteínas, principalmente as proteínas mais nobres, que nascem de desdobramento do embrião vegetal, através deste solo que assiste o grande milagre da germinação e transformação dos elementos vegetais para a produção de proteínas animais.

Esse trabalho tem aspectos do maior interesse. Poderia citar, por exemplo, no campo da agro-indústria a região de Minas Gerais e as regiões do Amazonas, onde levamos, em princípio, o calcário, mas estamos financiando outras indústrias para aproveitamento de matéria-prima, não só através de indústrias singelas, como de grandes indústrias, para que o homem do campo receba um pouco mais do muito que ele faz. A instalação de granjas modelo, feita em vários Estados, através de fundações. Temos incentivado o sindicalismo e o cooperativismo e, nestes últimos meses, gastamos 274 mil cruzeiros novos para orientação sindical. E, no campo da industrialização, gastamos NCr\$ 1.383.780,00.

Há outro tipo de trabalho que tem sido muito interessante no nosso programa. É o que chamamos silos domiciliares, que os cearenses batizaram de mini-silos, pequenos silos que, aproveitando as condições climáticas na região nordestina, preservam sementes com seu poder germinativo, para aquelas injeções de proteína vegetal necessárias à preservação das famílias. E fizemos o cálculo detalhado de uma família de 5 membros, quantos quilos de feijão precisava comer no período que entremeia a sua safra e nova safra. E, neste cálculo, incluímos também as festas de batizado e de casamento; nestas festas e nestes dias, também o sertanejo come feijão.

Este programa, que atingiu um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros antigos, tem sido um elemento de propaganda do nosso trabalho. Vários Estados, através de suas secretarias, se associaram ao trabalho dos mini-silos e 70.000 silos que nós fornecemos e vendemos — porque era melhor do que dar — vendemos barato, entre 15 e 22 cruzeiros, obtivemos colaboração dos governos da Paraíba, do Ceará, do Piauí.

São silos singelos, feitos no meio da rua, por artesãos, funileiros, flandeiros, a quem ensinamos — uns já sabiam — e que trouxeram um colóquio às ruas do Ceará, da Paraíba.

Esta soma foi somada à de cooperativas do Banco de Crédito, Banco do Brasil, Banco do Estado, e talvez tenhamos entregue mais de 150.000 silos, o que diminuiu, na região Nordeste, de pronto, a pressão das reservas de grão, sem a necessidade do transporte.

E quem não sabe, quem não viu no passado, num canto da casa, o feijão apodrecendo? Agora, ao lado do sanatório, vê-se um mini-silo que o INDA, no Governo Costa e Silva, levou para o agricultor; a fim de que ele pudesse preservar a semente.

O programa tem sido de grande expressão.

No campo da revenda e da mecanização, temos desdobrado nossas atividades. Essa tarefa não pertencia tradicionalmente a nossa linha de trabalho. Precisa ser reformulada. Tivemos de preparar elementos técnicos, como a própria fórmula para revenda, pois é do conhecimento de V. Exas. que toda operação de compra e venda, feita pelas repartições, representa uma espécie de "calcanhar de Aquiles". Procuramos — nós e nossos técnicos — quais as fórmulas mais interessantes, para haver revenda e compra, sem que nos sujeitássemos à crítica fácil ou ao perigo da utilização de recursos públicos indevidamente.

Então, fizemos o levantamento, através de cooperativas. Em lugar de mandarmos nossos materiais, adquiridos à vontade, pedimos a cada cooperativa, perguntamos a cada cooperativa quais os materiais necessários. Inicialmente, estamos fazendo a revenda por intermédio dessas cooperativas, como também do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Com esse instituto de crédito, o INDA tem-se entrelaçado, pois compreendeu que da soma desses esforços muitos benefícios advirão para o Brasil.

Falamos de todos os elementos do nosso problema, fiz a exposição que eu desejava fazer, mas há um aspecto que deixei para o fim — manifestar ao Senhores Senadores e Deputados a graça que me foi concedida de vir aqui e ser escutado com tanta atenção, nesta Casa, onde servi com modestia e sobriedade, mas com o mesmo espírito de patriotismo que, agora, sirvo a um Departamento Executivo. Estou convencido de que V. Exas. me ajudarão no esclarecimento de outros pontos porventura não devidamente tratados na minha exposição. Quero, porém, confessar a V. Exas. que receava cansá-los demasiadamente, e, por este motivo, abreviei um pouco a minha exposição. Assim, coloco-me à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Breno da Silveira, Relator.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Meu velho colega de Faculdade, Dix-Huit Rosado, recordando os bancos escolares da Faculdade de Medicina de Recife, para mim não foi surpresa a segurança, o interesse e a autenticidade em que colocou, desde os primeiros minutos, o seu depoimento. Nós já tínhamos tido, aqui, um pombo-correio que nos trouxe esperança e entusiasmo na obra dirigida pelo eminente Senador.

Aqui esteve antes, dando um depoimento sobre irrigação, um dos técnicos do INDA, Dr. Virgílio Gasse, Diretor do Desenvolvimento Rural do INDA.

Queria iniciar, assim, exaltando um dos homens de sua equipe que nos prendeu atenção e, principalmente, nos inculuiu confiança, inclusive demonstrando na área do Triângulo Mineiro, onde visitamos juntos a Exposição de Araguari, sua liderança incontestável na vasta extensão rural do Estado de Minas Gerais.

Ali em Araguari tivemos o ensejo, inclusive, de testar uma das novidades e surpresas para nós, um trabalho de colaboração do INDA com o Sindicato Rural de Araguari, que foi a inauguração de um parque de confinamento, experiência nova na pecuária moderna em nosso País e que ali nos era apresentado com todos os requisitos da técnica moderna, indo desde a balança até à maquinaria para a elaboração e o preparo de rações balanceadas.

Feito este introito queria fazer uma pergunta a V. Exa. no que diz respeito às atribuições do INDA e à sua

ligação com o Ministério da Agricultura. Então temos, na estrutura descentralizada do Ministério, as diretorias estaduais do Ministério e os órgãos da administração indireta vinculados ao Ministério. Posteriormente, vemos que nesses órgãos descentralizados de administração indireta, estão vinculados o Ministério da Agricultura e, conseqüentemente, sujeitos à supervisão ministerial, isto é, à orientação, coordenação e controle do Ministério da Agricultura, na forma do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Os seguintes órgãos: IBRA, INDA, Banco Nacional do Desenvolvimento de Cooperativas, SUNAB, COBAL, CIBRAVI, SUDEPE, Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e DIREPE; mas quando chegamos na página 7 da Coordenação, ficamos surpresos com o que vemos:

(Lê:)

"Art. 19. A coordenação se fará através da Comissão Central de Coordenação, presidida pelo Ministro, e composta de: secretário-geral, inspetor-geral de finanças, diretor do Departamento de Administração, diretor-geral do escritório central de planejamento e controle, e diretor da divisão de segurança e informações."

§ 1º Poderão participar das reuniões...

Em caráter naturalmente não efetivo. (Lê:)

... da Comissão Central de Coordenação outros dirigentes de órgãos de Ministérios e de administração indireta especialmente designados pelo

tendo em vista os assuntos em pauta."

E faço essa indagação porque a nós preocupa demasiado a dualidade de atividade de órgãos paralelos, que isto é um mal também no setor de saúde, em nosso País. V. Exa. conhece o problema, tanto quanto eu, a tal ponto que muitas vezes falta a um município a atividade de assistência médica de um órgão, enquanto outros municípios têm três ou quatro organizações, seja estadual, seja municipal, seja federal ou seja, naturalmente, do Ministério do Trabalho.

Então, para evitar essa dualidade das mesmas atividades na mesma zona, inclusive sabemos que o IBRA também tem atividades paralelas às do INDA e até de outros órgãos federais do próprio Ministério, eu perguntaria a V. Exa. se esta Comissão não poderia intervir no sentido de realizar um entrosamento melhor.

V. Exa., com essa sua autenticidade, com esse seu valor, está nos esclarecendo muito porque quero ressaltar que há uma diferença imensa entre o depoimento de V. Exa. — depoimento que nos conforta, que nos entusiasma — e o que aqui foi prestado pelo Presidente do IBRA, depoimento péssimo, depoimento que deixou a mais amarga decepção porque S. Exa. não trouxe nada de concreto para esta Comissão.

V. Exa. nos trouxe a mãos cheias casos positivos, casos objetivos, fatos concretos, casos, enfim, que nos enchem de orgulho e de satisfação como brasileiros.

Assim, tendo em vista esse paralelismo de atividades que se observa essa dualidade de trabalhos que todos verificamos, essa não participação, inclusive, nesse Conselho, perguntaria a V. Exa. se não seria possível e, naturalmente, alguma coisa pode até estar ultrapassado — a esta Comissão encontrar, numa orientação construtiva, aproveitando a experiência de 67 para cá, um sistema de entrosamento melhor entre as atividades de todos esses órgãos.

E' a pergunta que faço.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Da pergunta de V. Exa., dentro dos aspectos de trabalhos da administração, a questão da atividade é mais aparente do que real, principalmente porque o IBRA é um órgão reformista e nós somos um órgão desenvolvimentista. A reforma é mais dolorosa e mais agressiva. Por isso, a impressão talvez não tenha sido acalorada, favorável. O nosso órgão é mais simpático porque leva o sentido do desenvolvimento amplo.

Quanto ao outro aspecto, as áreas prioritárias estão declaradas no país e nós podemos articular quando há superposição nos deveres, nas obrigações e no encaminhamento da solução do problema de áreas semelhantes.

Por exemplo: podíamos citar a área do Ceará, que é uma área prioritária. Mas estudamos o Convênio e firmamos convênio em vários sentidos. Mesmo em Pernambuco, estudamos sobre o assunto, como por exemplo nas Companhias de Refinação e Colonização, em que temos convênio com o IBRA, a ECR e o IBRA. Isto evita a superposição e a dualidade de ação.

Nós só agimos nos campos prioritários com pleno conhecimento do IBRA.

As duas autarquias se entendem pessoalmente, pelo telefone, através dos convênios e quando o IBRA se destina a realizar uma tarefa em área prioritária, nos deslocamos para lá.

Quanto àquele outro aspecto, de nossas exclusões, tenho a boa notícia a informar a V. Exa. de que já no próximo dia 16, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário será o órgão que dirigirá as reuniões conjuntas de todos esses órgãos na área do Ceará. E já o Ministério da Agricultura, dando novos rumos a seu trabalho, nos convoca e nos entrega responsabilidade tão grande como essa, de reunir a equipe conjunta dos vários departamentos, das autarquias, dos elementos da administração direta ou indireta do Ministério da Agricultura.

De forma que a pergunta de V. Exa., tão inteligente e sábia, era como se encontrasse no gigante que se levanta a folha de hera que caiu no campo de Siegfried quando o sangue do dragão o lavou, mas a folha de hera, o sangue lavou também.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Eu agradeço e a minha pergunta tinha tanta profundidade que talvez o trabalho de V. Exa., a sua atividade o levasse a um conceito seguindo o próprio ministério e a minha crítica vem de ser reparada com a nova orientação dada pelo ministério no sentido de que órgão tão transcendental não deixasse de ter a liderança de que V. Exa. neste momento, dá notícia.

Querida inclusive lembrar a V. Exa. que, com relação à ajuda e confiança que está congregando o INDA, nos contatos com o Sindicato Rural do Norte do Paraná, tivemos notícia do Parque de Confinamento de Araguari, a cuja inauguração assistimos. Por parte do Dr. Guimarães, Presidente do Sindicato Rural do Norte do Paraná, tivemos notícia de uma reivindicação de paridade, para que também o Parque de Exposição de Londrina fosse transformando em parque de confinamento.

Entregamos esse documento por intermédio do Dr. Virgílio Galaxie e respondemos ao Sindicato sobre as medidas que tomamos como intermediários nesse assunto do interesse rural do Brasil inteiro.

Tem granjeado esta Comissão merecido grande pela atitude em que temos colocado os nossos trabalhos. Por isso, quero aqui mais uma vez expressar em nome daquele Sindicato, a confiança de que ficamos possuídos no sentido de que o INDA olhasse e desse realmente um atendimento àquela região.

Sob o ponto de vista...

O SR. DIX-HUIT ROSADO — No Vale do Jequitinhonha estamos fornecendo balanças para as companhias, não só das questões de gerontia e fenotipia, mas principalmente nas questões de peso. Os animais só poderiam ter julgamento a partir de certa idade, com o peso superior àquelas das formas tradicionais, em que se exigiu mais orelha, menos chifre e mais rabo ou menos barba.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Na exposição feita pelo dirigente do IBRA, Dr. César Catanhede, nós indagávamos sobre o atendimento técnico da supervisão em matéria de mecanização nas baixas áreas agrícolas. A princípio, S. Exa. afirmava que não era problema do IBRA. Mas depois confessava que companhias de insumos iriam se encarregar da assistência técnica, principalmente em matéria de maquinaria pesada. Começamos pelo grande problema de toda área agrícola e pecuária do Brasil, que é o problema do trator desado, trator de esteira.

Há um colega nosso, Deputado Cid Carvalho, que está coordenando o trabalho sobre o tóco — o que é o tóco neste País, o grande inimigo da lavoura mecanizada, porque ninguém tem acesso ao trator pesado. Hoje, o trator de pneu fica parado, às vezes a gente fica olhando para ele, é o comum daqueles que ainda podem possuir trator de pneu, porque a destocagem manual é qualquer coisa de sério e quase impossível de se fazer.

Então, eu perguntaria a V. Exa. se o INDA terá a sua atividade de atendimento, em matéria de mecanização, com companhia de insumo, ou terá patrulhas mecanizadas próprias, — enfim, qual seria a orientação do IBRA, no problema talvez mais sério e mais grave, que é a impossibilidade, a não ser por cooperativas, coisa que é um pouco difícil de se organizar, no comum, nas áreas agrícolas de Goiás, de Minas Gerais, a não ser as cooperativas tradicionais em matéria do trator pesado, trator de esteira.

A impressão que tivemos, pelo depoimento de outros técnicos que aqui expuseram, é de que o problema do trator de pneu se agrava, e talvez algumas fábricas tenham de fechar liquidar suas atividades, reduzindo a duas ou três fábricas de tratores de pneu. Porque eles não têm saída, porque eles só sairiam se houvesse, paralelamente, o trabalho de profundidade do trator de lâmina, do trator de esteira.

Perguntaria: levaria o INDA sua presença às áreas rurais com patrulhas próprias? Naturalmente fazendo trabalho de assistência, pagamento por hora, como se faz em convênio com os Estados e com as companhias de insumos, com supervisão do INDA. Qual seria a grande esperança que o INDA daria às áreas rurais, às áreas agrícolas do país em matéria de mecânica pesada, mais precisamente trator de esteira?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Diria a V. Exa., Sr. Relator, que como Presidente do INDA e como pequeno agricultor, senti na própria carne o problema.

As máquinas pesadas — e V. Exa. já fez a descrição — no mercado atual são quase inatingíveis pelo agricultor comum. Mesmo as companhias terão dificuldades.

Possuímos algumas patrulhas mecanizadas, que funcionam à base da hora, à base do hectare, e até com trabalho revolucionário, como no cerrado de Minas Gerais, onde estamos realizando destocamento, às vezes quase cinematograficamente, através a utilização de dois tratores pesados, tratores com corrente pesada, utilizada em navio. Com grande ou pequena velocidade os dois tratores caminham na mesma direção. Podem até desmatar regiões com riqueza botâ-

nica. Gastam de 5 a 10 minutos para desmatar um hectare.

Naturalmente não, isso não poderia constituir jamais uma média, porque a programação, a ligação das correntes, em tudo isso, os dois técnicos utilizaram uma espécie de Morse, através do próprio motor, acelerando ou não, e os dois caminham.

Temos patrulhas, temos construído pequenos açudes, no Rio Grande do Norte, onde já fizemos algumas centenas de hectares, pequenos, para ressedentar gado em determinadas regiões.

Agora, temos uma experiência no Olapoque. Precisávamos de um trator pesado de oito. Se V. Exas. soubessem quanto nos custou, lá em Manaus, na Zona Franca de Manaus, comprederiam, então, a grandeza do problema, e as dificuldades sairiam da mão do agricultor e se transfeririam, naturalmente, ao próprio Governo da República.

O problema é de recursos, recursos financeiros e técnicos no sentido da produção de tratores mais baratos.

Se V. Exas. voltassem ao ano de 1951, aí poderia lembrar o eminente Senador João Cleofas, mandando o Ministério da Agricultura vender tratores Hanomag, de boa qualidade mas inferior ao Caterpillar, mas tratores que podiam trabalhar até dez mil horas com pequenos reparos. Um trator custava 240 cruzeiros; um trator Ford custava entre 40 e 50 cruzeiros.

V. Exas. sabem que, aquele tempo, um operário ganhava vinte mil réis por dia. Então, bastavam dez mil dias de trabalho de um simples operário para adquirir um trator de utilização fácil em regiões de vegetação pesada.

Hoje, mesmo, levando em consideração os salários mais elevados do Sul e não os salários mínguados do Nordeste, na base de um cruzeiro e cinquenta centavos por dia, quantos milhares de dias de trabalho não só do operário mas da família inteira acumulando, seriam necessários para pagar por um simples trator comprado na Zona Franca? 200 milhões de cruzeiros!

Em verdade, o nosso esforço no sentido de preparar a adquirir máquinas — hoje à noite — antes de vir para cá, estive discutindo com meus assessores a possibilidade de investimentos maiores e mais expressivos no campo da aquisição de máquinas pesadas, porque compreendemos, tanto quanto V. Exas. a importância, a repercussão da utilização dos tratores menores que ficam carregando água, carregando coisas sem valor quando deviam estar trabalhando, cultivando e gradeando a terra para que ela pudesse produzir mais.

Mas é da nossa disposição e já estamos fazendo nas limitações dos nossos recursos financeiros, porque compreendemos inteiramente o valor do trator pesado.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, meu tempo é curto, apenas quero terminar minha rápida intervenção pelo começo da exposição do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, quando ele se alongou no problema da Amazônia, e, principalmente, da sua colonização.

A grande resposta que o Brasil podia, deveria e deve continuar a dar é nós próprios brasileiros nos garantirmos com a nossa colonização, inclusive nos prevenindo, no que pese a coragem dos grupos estrangeiros, de outras potências, nós nos lembramos do tempo de Artur Bernardes de uma ameaça da Hileia Amazônica.

Todos devem estar lembrados que ao velho Bernardes cabe a honra de ter liderado, neste País, a grande campanha da ameaça da Hileia Amazônica. Essa ameaça nos colocou, nestes últimos meses, de uma maneira diferente com o Senado, mas quero me congratular com V. Exa. pela maneira patriótica, pela resposta efetiva desse entrosamento do INDA com as

Forças Armadas para a urgente colonização do Amazonas, da área amazônica. E se nada fizesse V. Exa. em outras áreas do Brasil e se só se dedicasse a isso já se justificavam os louvores que agora faço e que serviram como incentivo à patriótica atuação de V. Exa. na direção do INDA.

Era a intervenção que queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Pergunto se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário é órgão de execução ou de planejamento da política de desenvolvimento agrário brasileiro, e se age em coordenação com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Interior, com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a SUDENE, com a SUDAM, etc.?

A pergunta tem a sua razão de ser pela exposição que ouvimos sobre o papel do INDA e as suas atividades, que são múltiplas. Abarca quase toda a vida que diz respeito à agricultura brasileira; vai desde o campo da instrução da criança e do jovem, da alfabetização da criança passando pelo da saúde, até o da eletrificação, até o campo de adubação, até o de mecanização da lavoura. E não se sabe bem se há um planejamento e se os planos estão sendo realizados em virtude desse planejamento, que abarca os diversos setores que tratam do mesmo assunto. Há uma política agrária no Brasil, a cuja política estão subordinadas aquelas entidades a que me referi e inclusive esta, de grande importância para o desenvolvimento agrário brasileiro?

Esta é a primeira pergunta.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A Lei número 4.504, no seu artigo 74, dispõe que:

"É criado, para atender às atividades atribuídas por esta lei ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário".

Quanto à execução, ao planejamento, à coordenação, à integração com outros Ministérios, ela é da nossa vivência cotidiana. Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, recebemos, daquele Ministério as recomendações, a filosofia, muitos dos seus próprios planos para execução. Mais ainda, como um órgão especializado, com flexibilidade, para o qual foi criado, para poder discutir, nesta noite, com V. Exa. e, amanhã, começar a executar à tarde, um programa.

Era difícil que se desse autonomia financeira e administrativa sem que se exigisse, também do órgão, uma resposta pronta no campo das suas atividades. Articulamos-nos com o Ministério do Interior, com a SUDENE, com a SUDAM. Estudamos com subsidiários da SUDENE, como a CERNE, a eletrificação rural. Estamos contribuindo com nossos recursos para a SUDAM realizar seus planos. Estamos, através das Secretarias de Estado, também aceitando e pagando com os recursos que temos obtido, cujo maior índice é sempre no benefício prático de nossos trabalhos.

Contribuímos o máximo justamente para a instalação inicial de quase vinte cessionários brasileiros para elaborarem os Projetos que nos permitissem uma execução pronta e um apelo às Agências internacionais para que estas fornecessem os recursos necessários.

Acredito, assim, que tenha atendido às perguntas do eminente Senador. E mais ainda, há uma disposição natural da minha parte, como de alta responsabilidade, como também de responsabilidades dos Ministérios e autarquia, de encontrar, de somar um trabalho de educação nacional, recomendado, e repetido várias e várias vezes por S. Exa. o Sr. Presidente da República.

E é nesta missão que iremos nos reunir no Ceará, com toda esta equi-

pe, para planejarmos, para podermos realizar um trabalho integrado, em que somaremos tantos e tantos esforços, para que possamos receber os resultados que todos os brasileiros desejamos obter!

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Nós, no setor do planejamento, não conhecemos o planejamento da política agrícola brasileira. Tanto que nós ouvimos, uma vez e outra, a seguinte reclamação: a SUDENE trata da eletrificação do nordeste e despeja verbas vultosas no nordeste, também o INDA. A SUDAM trata do desenvolvimento da Amazônia, também o INDA, também o Ministério do Interior, que tem verbas especiais e vultosas para atender ao desenvolvimento agrícola no país e de outros setores, afeto a outros Ministérios e outras organizações.

O Estado de São Paulo recebe verbas vultosas do INDA, mas o Estado de São Paulo contribui com 80% da renda para o fim específico do desenvolvimento do país, e tem o seu orçamento interno maior que todos os outros Estados reunidos.

O INDA até hoje atendeu a 30.000 fazendas e já temos o cadastro de cerca de 4.000.000 no Brasil. Isso em 3 anos e meio. Nesse ritmo levará 400 anos para atender as 4.000.000.

Em síntese, eu perguntarei se havia um planejamento não para criticar o INDA, mas está verificando que o INDA está procurando atender, com os poucos recursos de que dispõe, o Brasil inteiro e eu não sei se iremos alcançar o fim a que nos propomos, num curto espaço de tempo, num mundo que tem exigências que não podemos ignorar.

Quero referir-me ao Japão porque, mais de uma vez, agora, ouvimos lá que o Brasil tem área para manter uma população de 900.000.000 de indivíduos e só tem 90.000.000.

O Japão possui, hoje, 100 milhões de habitantes. Essa referência ouvimos diversas vezes: queremos fazer e não podemos, ou podemos fazer e não queremos.

A impressão que tenho é a de que as respostas satisfazem.

Em segundo lugar, gostaria de, amanhã, em virtude desse nosso debate, que nos mande a documentação necessária do planejamento feito, que integra todos esses órgãos que trabalham para o mesmo fim, para que não haja, na execução desse plano, regiões muito beneficiadas e que não precisam tanto, enquanto outras mais necessitadas sejam desprezadas, sob pretexto de ampliação da área imensa do País.

Repito, não estou fazendo crítica ao INDA, porque é comum nesse debate, mas é elogio de corpo presente e tem sua razão de ser.

O Presidente do INDA tem conhecimento profundo da realidade nacional. Esta pergunta tem razão de ser, para situar-se, no futuro ou no presente, a responsabilidade de cada qual. Acredito que, na sabatina, V. Exa. se saíra muito bem.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Queria prestar um esclarecimento sobre o problema da eletrificação rural. Se nós conservarmos o mesmo ritmo, poderemos avançar tantos anos. No campo do planejamento da eletrificação rural temos recebido contribuições valiosas de mais de 20 concessionárias, como ERMIC, COPEL, SAELPA, SELP, COELBA, que hoje discutem no campo da técnica e da utilização energética com todos os países dos mais adiantados, como os Estados Unidos, que iniciaram realmente seu largo voo através da Tennessee Valley Authority. A França, a Nova Zelândia, a Austrália e a própria União Soviética tinham avançado muito. E nós estamos acompanhando esse trabalho. E outro aspecto que V. Exa. revelou e que coincide com a conversa que tive, em

maio de 1956, com o líder comunista Mao Tsé Tung. Desta conversa ele me fez a seguinte pergunta: que fizeram os senhores da Amazônia? Ele mesmo tinha a resposta. E de outra vez que visitei a China Continental encontrei a mesma expressão demográfica, aumentada de nova parcela: a ansiedade internacional de conhecer os grandes segredos territoriais da Amazônia. Daí nossa preocupação e usar aquela expressão no início da minha exposição de que não desejávamos ser salmão defumado do norte, nem caviar, nem pato laqueado salgado de Pequim num banquete que deveria estar, a esta altura, nas conversações com homens de olhos pequenos e homens louros, do Norte.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Então, para melhor compreensão, como classificamos o Ministro Andreazza, nacionalista-nativista para evitar qualquer suspeita.

Mais ou menos essas interrogações, ouvimos inclusive de um candidato a presidente dos Estados Unidos. Perguntou: que fazemos, depois da paz do Vietnã, com um a dois mil vietnamitas que não têm lar e que não se sabe como irão sobreviver? Onde iremos colocá-los? Nos debates, mais ou menos eu respondi: no Alasca, que é um espaço vazio, desocupado ainda, com cerca de 300.000 habitantes em áreas imensas? Nos 3/4 do território que constitui a União Soviética, território que está completamente desocupado? Ou insinuava-se que no Brasil, porque, militarmente falando, é o país mais fraco? Eu, então, na Arábia — mas o clima da África não é propício.

Então, é para o Brasil que se voltam os olhos. Então há uma certa razão quando V. Exa., Presidente do INDA, responsável que é pela política de colonização do Brasil, quando se diz que nós devemos povoar a Amazônia, com os nossos elementos ou com grupos estrangeiros.

A verdade é que esses grandes países não estão preocupados com o povoamento daqueles imensos territórios que, eles dizem, são áreas que devem ser preservadas para as populações futuras dos seus países. E nós não devemos ter áreas que — digamos — não podemos povoá-las agora, mas que devem ser preservadas para os 170 milhões de habitantes que temos daqui a 30 anos, e daqui a 60 anos, uns 340 milhões.

Mas, em síntese, é outra questão.

O nobre Deputado Breno da Silveira fez uma inquirição que achei de grande importância. E achei a resposta plenamente satisfatória, porque, se perguntarmos, agora, qual o resultado efetivo, estatisticamente falando, da política realizada no campo do aumento da produção agrícola — quando digo agrícola, aí, é agropecuária — para efeito da satisfação das necessidades do nosso povo e de outras áreas que têm fome de proteínas, eu sei mais ou menos qual a resposta, mesmo porque o prazo de atividades do órgão é curto.

Estamos plantando para o futuro.

Quando fiz a primeira pergunta — e aqui termino então — é realmente porque na minha cabeça se vem formando alguma coisa. O INDA deveria ser, na verdade, o órgão de execução de uma política de desenvolvimento agrícola neste País. Deveríamos como que fundir essa imensidão de verbas que estão dispersas; deveria haver uma fiscalização dos ministérios encarregados do Poder Legislativo, para que um grupo de técnicos, à frente deles políticos que compreendessem a política agrícola para o desenvolvimento agrícola do País, pudesse executar essa política planejada.

O tempo é curto e eu me dou por satisfeito em ter ouvido V. S. Tinha várias perguntas a formular, mas não as formulei, porque espero que es-

ta Comissão venha a desincumbir-se desta missão importantíssima.

Todos nós temos viajado e observado o que ocorre pelo mundo. Regressel, agora, da minha última viagem, e posso afirmar que todo o mundo desenvolvido coloca, em primeiro lugar, nos problemas que espera resolver, aquele referente às proteínas animais e vegetais. A alimentação é a meta prioritária, em todos os países subdesenvolvidos, e a inquietação dos subdesenvolvidos está aí.

E mais, todos perguntam por que o Brasil, podendo abastecer grande parte do mundo, não tem como se abastecer a si mesmo.

É um desafio que nos lançam, e um desafio com olhos de quem deseja ocupar aquele lugar que eles acham que não estamos ocupando. Se não temos capacidade para atuar e desenvolver porque os recursos não o fazem, num mundo que tem excesso de população e carência de alimentos?

Assim, nobre Senador Dix-Huit Rosado, continue nessa sua política. Enquanto estiver no campo certo, que esperamos seja o mesmo até o fim, tenho a impressão de que não haverá oposição nem Governo a observá-lo, mas Deputados e Senadores a colaborar para o desenvolvimento e grandeza do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Senhor Presidente do INDA, ouvimos de V. Exa. explanação das atividades do INDA que, de certo modo, satisfazem.

Desejariamos focalizar certos setores que nos parecem de maior importância para o verdadeiro desenvolvimento do setor agrícola no País.

Como bem disse o nobre Senador Aurélio Vianna, o problema da alimentação e, especialmente, das proteínas, é um problema mundial que o Brasil poderia se tornar um grande produtor de proteínas animais e vegetais porque temos boas condições.

Como homens verdadeiramente da agricultura porque desde a mais tenra infância trabalhamos na lavoura e continuamos ainda agora intimamente ligados, produzindo — assistindo, acompanhando os lavradores, inclusive mantendo o Departamento de Fomento Agropecuário dentro de nossa atividade empresarial, sentimos que o grande problema, ao lado da eletrificação rural, que V. Exa. nos esclareceu e sabemos, de antemão, de fato, da contribuição que o INDA está dando inclusive em nosso Estado de Santa Catarina, que temos a honra de representar, é o problema dos corretivos calcáreos e dos fertilizantes.

Esses produtos chegam raramente nas mãos dos lavradores com suas terras no Sul do País, já exauridas e a preços elevadíssimos. Desejariamos que V. Exa. na qualidade de Presidente do INDA, procurasse tomar as providências a fim de que o calcário chegasse aos lavradores em condições mais econômicas do que está chegando agora, bem como os fertilizantes.

Antes da criação da Rede Ferroviária Federal S. A., o transporte do calcário pelas estradas de ferro do Sul do País ou de qualquer Região, era feito com 50% de abatimento. Hoje não o é mais e a mesma coisa acontece com os fertilizantes. De sorte que são dois setores que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento da produtividade agrícola: o transporte fosse restabelecido com o desconto de 50% e também fossem tomadas providências no sentido de que o preço dos fertilizantes não fosse tão elevado.

Pudemos verificar, ainda há poucos dias — e tivemos a oportunidade de nos pronunciar a respeito no Senado — que enquanto nos países desenvolvidos, com um quilo de milho, se compra um quilo e trezentas gramas

de fertilizantes de boa qualidade, no Brasil só se compram quinhentas e sessenta gramas.

De maneira que nosso produtor não pode fazer milagre, e, daí porque entendemos que o Governo, através do INDA, deveria fazer com que os preços fossem mais reduzidos. Ainda ontem, tive oportunidade de me pronunciar, no Senado, sobre experiência feita em Santa Catarina, através do Clube 4-S (CARES); que é subsidiária da ABCAR, onde a produção média de milho por hectare era de 1.700 quilos, e depois de tratada a terra, bem adubada e cultivada, a produção foi superior 9.000 quilos. Quer dizer, conseguiu-se um rendimento cinco vezes maior do que a mesma terra sem adubação. Por isso, é meu ponto de vista que, se oferecéssemos aos nossos lavradores corretivos, que são os calcários e fertilizantes a preço mais acessível, dando-lhes ao mesmo tempo melhor assistência técnica, poderíamos, pelo menos, ver triplicado o rendimento de nossas lavouras, e, consequentemente, em muito barateado o custo da nossa produção.

Evidentemente, esse é um ponto que desejaria comentar para que V. Exa. nos pudesse dizer algo sobre esse aspecto. Agora, a outra parte: V. Exa. se referiu aos financiamentos às cooperativas para aquisição de equipamento, maquinaria, etc.

Desejaria, então, saber de V. Exa. de que maneira poderíamos conseguir que as cooperativas agrícolas pudessem receber esses benefícios que, para nós, são fundamentais, porque o trabalho manual nunca pode dar um rendimento como o da lavoura mecanizada.

Essa é a outra pergunta, que consideramos importante, e que faço a V. Exa.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Instire Senador Atílio Fontana, para não tornar a resposta tão complexa, pasarei a responder cada pergunta de per si e, se V. Exa. permitir, explicarei rapidamente a nossa ação.

Ja na primeira parte de minha exposição indiquei o nosso trabalho no campo dos corretivos, principalmente naquelas áreas onde a necessidade era mais aguda. Mas apesar de não dispormos de recursos vultosos que permitissem o desdobramento de vários campos — porque geralmente o nosso elenco de problemas é de linha de trabalho, é muito grande e precária, talvez, um curso cem vezes maior, dada a grandeza continental do nosso país — várias unidades da Federação já receberam recursos nossos para montagem de moinhos de calcário.

Antes da reunião eu já explicara a V. Exa. — e é bom que a pergunta de V. Exa. se faça no Plenário para que a resposta possa ser também do conhecimento dos eminentes Senadores e Deputados — que no campo do fertilizante há áreas do Governo já cuidando deste problema. Mas nós não nos cansamos em debater esse assunto e tratar dele com presteza. E dentro dos pequenos recursos estamos colaborando com a CAMI, no sentido da produção de fertilizantes de Araxá, para levarmos às Cooperativas dos Estados mais próximos ou mais distantes, através do financiamento, de nossa contribuição a gestão também das Cooperativas e do material de renda.

Já todas as Cooperativas do país foram consultadas por nós, pelo nosso Departamento de Desenvolvimento Rural sob a direção do nosso eminente colega e companheiro Dr. Virgílio Galassi.

E' pena que a grande maioria não tenha respondido ao nosso apelo, até por descrença no trabalho. Mas muitos dos setores do país, que têm recebido os nossos apelos, já estão respondendo ao nosso pedido de colaboração. E poderíamos acrescentar, por exemplo, que na questão das parulhas mecanizadas, que com a na-

trilha que trabalhou em Ceres, o INDA produziu, este ano, aproximadamente, 160 mil sacas de arroz, o que veio justificar toda nossa linha de pensamento, Senhores Senadores, Senhores Deputados, mostrando-nos que o equipamento e a mecanização podem permitir à Nação a grande arpancada para o futuro! Não é só de conservar-mos as atividades dos labores do campo; mais de 50 % da nossa população, enquanto outros países diminuem a sua área de trabalhadores, aumenta a sua produtividade e diminuem também o número de homens no campo através da utilização da tecnologia, da mecanização, do emprego de grandes máquinas de produção e colheita.

As cooperativas que interessam à sua área, naturalmente, receberão de nós aquele apoio que desejamos descobrindo, aumentado, se o Senado da República nos concedesse essa oportunidade através de verba expressiva, se V. Ex.^{as} soubessem que no planejamento para esse ano, apenas tivemos consignado no Orçamento 21.000.000,00 e grande parte já entrou no plano de contenção.

Neste momento, desejaria ainda prestar uma homenagem à indústria nacional que colabora conosco através de taxas, de contribuições que permitem, sem contrapartidas no Orçamento da República, realizarmos um trabalho que realmente reconheçamos valioso. Nisso existe um Estado, que é São Paulo que tem recebido de nós alguma coisa e tem dado 50 % do nosso Orçamento. E há outro Estado que merece também a sua presença no meu comentário porque tem recebido muito pouco de nós — o Estado da Guanabara.

Representam esses dois Estados mais de 70 % de nossos recursos e há Estados que não pagam uma contribuição para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário nem em veterinária, por um ano de trabalho.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Nos Estados do Sul, inclusive Santa Catarina, existem grandes reservas de terra calcárea. Haveria possibilidade, através de acordo com cooperativas, Secretaria de Agricultura e o Governo do Estado para a exploração desse calcário?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Prestaria a V. Ex.^a um depoimento. Estive em contato com o Governador Ivo Silveira para, na segunda etapa de nosso programa parcelássemos nossos recursos, a fim de que não alegassem que estamos abandonando os trabalhos de cada um.

Era mais interessante fazer uma contribuição, mais larga na eletrificação rural. V. Ex.^a tem visto centenas e centenas de eletrificação fornecidas pelo Instituto em Santa Catarina.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Nesse setor, havendo energia elétrica, é interessante movimentar os moinhos de calcário.

Obrigado. Estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO MENDES — Quais os planos do INDA a respeito de eletrificação rural no Distrito Federal?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Não é da alçada do INDA a eletrificação rural no Distrito Federal. É uma pena, porque gostaríamos de estar aqui também. Mas poderemos chegar a qualquer hora.

O SR. SENADOR ALVARO CATÃO (Pergunta inteiramente inaudível).

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Estamos fazendo, através de instituições de pesquisas, convênios no sentido de facilitar essas análises. Mas a verdade é que extrapola das nossas capacidades financeiras um levantamento dessa expressão. Mas há alguma coisa, principalmente no campo da aerofotogrametria, que tem sido um elemento de grande importância no desenvolvimento e na apreciação do

solo. A aerofotogrametria é uma pesquisa tridimensional e já dá uma contribuição larga, não só no campo da Agronomia, como também na da Geologia, da Mineralização, o que é um passo largo.

Existem no Brasil alguns mapas, que não são, vamos dizer, feitos dentro de zoneamento, e sim amplos. Não abrangem regiões ou micro-regiões. Mas o próprio Governo, e nós também no INDA, temos financiado, em colaboração com a Aeronáutica, fornecendo simplesmente os materiais, temos recebido da Aeronáutica uma contribuição muito valiosa. E temos lá, no nosso Instituto, já um setor técnico altamente especializado, com cursos no estrangeiro. Todos os dias tenho oportunidade de visitar, pela curiosidade que tenho de ver, o progresso da técnica levada à Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Deputado Armindo Mastrocola.

O SR. DEPUTADO ARMINDO MASTROCOLLA — Dr. Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA, ficamos impressionados com esse sexto sentido objetivo que V. Ex.^a tem dado à condução das atribuições desse organismo. Acharmos que de tudo isso resulta grande benefício para nossa terra, para nossa pátria, como seja, o de melhorar a mentalidade dessas populações que vivem nessas áreas mais distantes dos centros mais adiantados, mais civilizados.

Entendemos ainda existem os grandes pontos de estrangulamento que fazem com que a produção sofra escagnação: as deficiências de transporte, a disparidade entre o preço da produção agrícola e a industrial, quando vemos que nosso produto agrícola obedece a uma comercialização nos preços internacionais e nossa produção industrial segue seu ritmo de comercialização dentro do preço do custo operacional mais aqueles lucros que devam ser obtidos, e com a sobrecarga fiscal que observamos.

Assim é que um trator, que dissemos estar fora, naturalmente, das condições de pequeno lavrador — paga em torno de 54 % de imposto e as peças de reposição pagam também esse mesmo imposto, tornando a situação intangível.

Nestas condições, ao lado do problema educacional de alteração da mentalidade de nossa gente, acredito seja muito interessante para o País se estabelecesse a infra-estrutura para seu desenvolvimento.

Vimos o que ocorreu no Sul de Mato Grosso, vimos o que ocorreu no Norte de Paraná, vimos o que ocorreu em São Paulo. Vimos todas aquelas áreas que oferecem condições promovendo a imigração interna no País; vimos o que representa o nordestino e o nordestino na área do Paraná, de São Paulo e de todos aqueles Estados que oferecem condições de desenvolvimento.

Assim, eu não faria propriamente uma pergunta, mas daria ênfase a esse trabalho operoso de V. Ex.^a, que se está realizando e alterando, naturalmente, a mentalidade do nosso povo, educando a nossa gente para o trabalho e fazendo com que essa nossa gente se sinta bem no trabalho e não encare isso com uma humilhação, algo degradante, como tem ocorrido, e vem ocorrendo, em certas áreas deste grande País.

O que se transluziu de suas palavras satisfaz-nos plenamente, Senhor Senador Dix-Huit Rosado. Seu trabalho, porque dinâmico e objetivo, ficará, tenho certeza, gravado na História evolutiva de nossa Pátria. Muito obrigado.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Agradeço, sensibilizado, suas generosas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Senhor Deputado Marcílio Lima.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Senhor Presidente, deseja-

ria saber do nosso eminente convidado se há plano de eletrificação rural para Mato Grosso, e se o INDA já assinou algum convênio também para o nosso Estado.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Temos um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros já pagos e a nossa equipe visitou o material que foi adquirido.

Dos dois bilhões de cruzeiros, foram pagos um bilhão e mais uma parcela de cem mil cruzeiros.

O SR. DEPUTADO MARCÍLIO LIMA — Quando foi assinado esse Convênio?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — O Convênio foi assinado em 1957.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A linha era para retificar Durados ou Campo Grande?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Posso informar imediatamente a V. Ex.^a.

Eletrificação Rural — O Convênio de eletrificação rural, feito com o Governo de Mato Grosso, dá certa facilidade no sentido do deslocamento das zonas de preferência. A minha equipe fiscalizadora já se deslocou para essa região com o sentido de fazer o levantamento detalhado dos materiais que foram adquiridos, para que depois da sua utilização pudessemos atender ao compromisso que assumimos de parcelas o restante dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A eletrificação é rural?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — A eletrificação é exclusivamente rural, porque atendemos as comunidades rurais com o máximo de quinhentos habitantes e aproveitamos sempre as fontes energéticas existentes e vamos até 13,8 (treze ponto oito).

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Sr. Senador Dix-Huit Rosado, V. Ex.^a começou dizendo que o debate empolga a todos e é aproveitando a sua palavra tão bonita que também vou defender a minha terra, o Estado de Mato Grosso.

V. Ex.^a fez uma belíssima exposição da planificação do trabalho do INDA em quase todo o Brasil e o meu pobre Mato Grosso recebeu muito pouco. Mato Grosso é, por assim dizer, a imigração da civilização de São Paulo e Mato Grosso tem recebido, até hoje, muito pouco, permita V. Ex.^a que diga isto.

A Colônia de Durados, por exemplo, eu quando fui Governador entreguei pessoalmente cerca de quatro mil títulos aos colonos e ainda não foi feito o que faltava, a entrega e a divisão mesmo da margem esquerda do Rio Durados a ser dividida. Já deixei o meu Estado há dois anos e até agora a Colônia ainda não teve a sua emancipação.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Se V. Ex.^a permitir acompanharei o seu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero que V. Ex.^a receba a minha palavra como uma colaboração, não fugindo da minha admiração ao trabalho que V. Ex.^a realiza, mas quero que as atividades, esse grande trabalho sejam devidamente voltados para Mato Grosso.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Em Mato Grosso nosso trabalho é mais ou menos a repetição do que fazemos em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas, ainda não está sendo feito.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Os recursos, porém, estão lá, e os gastos materiais estão sendo levantados pela minha equipe de técnicos porque temos responsabilidade de continuar o financiamento. E como fazemos em Mato Grosso, assim faremos em qualquer parte do nosso território, com a minha fiscalização pessoal em várias regiões do Brasil. Começamos com o homem, descobrimos-lhe o caráter, a fim de que o dinheiro da Nação, que é o dinheiro do povo, possa ser utilizado correta e honestamente. Esse

cuidado é natural. Se V. Ex.^a observar os nossos planos de serviços para Mato Grosso, ficará admirado. Aqui temos 5 milhões e 20 mil cruzeiros novos, do Convênio, com os recursos disponíveis na hora em que os trabalhos começarem a ser executados. Essa contribuição é talvez vinte vezes superior à contribuição que Mato Grosso dá ao INDA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Não discuto esse ponto. Acho que Mato Grosso é atualmente, talvez tanto quanto Minas Gerais, o Estado mais promissor para a agricultura e, sobretudo, para a pecuária do Brasil e que já se constitui no segundo rebanho do país. Quero acentuar mais uma vez que, até hoje, o que temos recebido é muito pouco apoio e estamos nos desenvolvendo quase que às nossas próprias custas. Não vai nisso nenhum outro intuito — e peço ao nobre colega, porque ainda o consideramos, Dix-Huit Rosado, um Senador que voltará para cá na certa — que não o de colaboração, de chamar a atenção de V. Ex.^a, pedir que olhe com bons olhos, com melhores olhos, o meu Mato Grosso.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — No campo da colonização e emancipação dos colonos, temos feito esforços superiores a tudo que foi feito no passado, porque é da minha preocupação permanente — e se S. Ex.^a escutasse alguns minutos antes da minha vinda veria que eu, reunindo os meus técnicos, estava novamente reclamando e repetindo como um refrão, esse apelo e recomendação de que, se não emancipamos, se não titulamos, nada teremos feito.

O SR. SENADOR FERNANDO CORRÊA (Presidente) — Mas eu, no meu Governo, dei de graça, gratuitamente, sem lei nenhuma, 4 000 títulos a todos os colonos da colônia da margem esquerda do rio, assim como fiz diversas colonias no Estado. Nunca o Estado cobrou, dava a terra demarcada com o título devidamente legalizado pela Secretaria competentes.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Repetindo esse exemplo, o INDA está fazendo o mesmo em Santa Catarina, no Piauí, em Pernambuco; está tentando fazer também no Ceará. E como é em Santa Catarina, IRASC, que tem dado realmente uma resposta positiva à nossa contribuição. A primeira parcela, só para titulação de Itapua, contribuímos com cinquenta milhões de cruzeiros para pagamento de despesas de Cartório, para pagamento de topógrafos etc.

Estamos fazendo já no nosso núcleo colonial de Durados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Porque o colono sem o título não tira dinheiro no Banco para o financiamento. A Carteira Agrícola do Banco do Brasil só financia o colono que tem título.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — É culpa do INDA o colono de Mato Grosso não ter o título?

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Um pouco pode ser. Porque para o título é preciso fazer o levantamento topográfico os lotesamentos. Nós temos núcleos que são nossos de fato, mas não de direito, não temos força jurídica para a transferência dos lotes. Então isso cria uma dificuldade, às vezes, quase invencível. Mas, o núcleo de Durados, que tem 197.113 hectares, está em franca marcha para sua emancipação. E' um trabalho difícil. Senador, V. Ex.^a sabe mais do que eu porque o conhece bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Para aumentar as verbas do INDA o Congresso não pode fazer nada porque só o Executivo tem a iniciativa de projetos que aumentem despesa, tem essa prioridade. De modo que o Congresso não pode fazer nada.

V. Ex.^a que é Presidente de um órgão de grande prestígio consiga que o Presidente da República envie a proposta e nós aprovaremos gostosamente.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Se V. Ex.^a me permitisse, eu lhe daria o caminho para essa colaboração. E o caminho está aberto, é a simpatia com que o Governo Federal, através de seu representante, é compreendido nesta Casa. A compreensão de seu trabalho, o aplauso chega no Governo, que tem dado um respaldo grande ao nosso trabalho. Sem essa confiança do Presidente da República, creio, nem eu seria Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero fazer aqui um reparo ao meu nobre amigo, Deputado Breno da Silveira: a explanação do Dr. Catanhede, naturalmente, não é de um parlamentar, como o brilhante Senador Dix-Huit Rosado, não tem esse "savoir-faire", essa maneira de expor tão simpática, que cativou a todos nós.

O Dr. Catanhede é um técnico. Na verdade foi uma exposição muito biológica, mas, pessoalmente, não tenho algum reparo a fazer quanto às palavras muito duras que S. Ex.^a disse aqui, pelo floreio da retórica de um ex-Parlamentar.

(O relator fala, falam membros da Comissão a um só tempo.)

Impossível apanhamento taquigráfico.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Houve um depoimento do Presidente do IBRA. Soubemos que se gasta de manutenção cerca de 30.000 cruzeiros novos. Dois para comunicação, dois para rádios-telegrafistas, tubos acessórios.

(Incompreensível.)

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Inaudível)

De maneira que temos tido depoimentos Sr. Senador Dix-Huit Rosado que nos empolgaram inclusive

aquêle do Dr. Ary Burger Diretor do Banco Central que nos deu 3 horas de verdadeiro incentivo uma aula de patriotismo de um homem que tem noção do cumprimento do dever. Tivemos aqui o depoimento do Dr. Nestor Jost homem de uma autenticidade do mano a mano do terra-a-terra. Diante do que há de positivo temos que exaltar e temos que ter a coragem o desassombro de apontar também os lados negativos. Sou homem de oposição e faço muito com minha isenção em dar valor a quem merece mas não perdoo os erros. Eu me congratulo com os dados positivos que V. Exa. nos trouxe como outros porque comparado com o que temos de negativo representam uma esperança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero comunicar à Comissão que atendendo ao pedido do Sr. Relator designo sub-re-

latores os Srs. Deputados Luiz Braga para agropecuária Armindo Matocolla agricultura e Geraldo Lemos eletrificação rural. E quero dizer que no dia 28 o Sr. Belmiro Maciel presidente do Sindicato Rural de Campo Grande do meu longínquo e esquecido Mato Grosso virá depor perante esta Comissão; no dia 29 o Sr. Ciro Amaral Santos Presidente do Frigo-Oeste que é o Frigorífico de Campo Grande.

Invoca-se Mato Grosso, Mato Grosso está; vindo a esta Comissão.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Seu Estado nunca foi esquecido pelo povo brasileiro que já elegeu dois mato-grossenses Presidentes da República. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A terra é boa. A terra é boa mas sempre é esquecida.